

# DIÁRIO OFICIAL

## ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO XXIV

Florianópolis, 17 de julho de 1957

NÚMERO 5.898

### GOVERNO DO ESTADO

#### ATOS DO PODER EXECUTIVO

##### DECRETO N. 432

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,  
DECRETA:

- Art. 1º — Fica criada uma escola isolada, para funcionar em 1958, na localidade de Linha Lambari, distrito e município de Xaxim.  
Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.  
Palácio do Governo, em Florianópolis, 12 de julho de 1957.  
JORGE LACERDA  
Rubens Nazareno Neves

##### DECRETO N. 433

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,  
DECRETA:

- Art. 1º — Fica criada na localidade de vila Bressan, distrito e município de Tangará, uma escola isolada.  
Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.  
Palácio do Governo, em Florianópolis, 12 de julho de 1957.  
JORGE LACERDA  
Rubens Nazareno Neves

##### DECRETO N. 434

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,  
DECRETA:

- Art. 1º — Fica criada uma escola isolada, na localidade de Jupia, distrito de São Domingos, município de Xaxim.  
Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.  
Palácio do Governo, em Florianópolis, 12 de julho de 1957.  
JORGE LACERDA  
Rubens Nazareno Neves

##### DECRETO N. 435

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,  
DECRETA:

- Art. 1º — Fica convertida em Escolas Reunidas, com a denominação de "Prof.ª Elza Mancelos Moura", a escola isolada de Guarujá, no município de Dionísio Cerqueira.  
Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.  
Palácio do Governo, em Florianópolis, 12 de julho de 1957.  
JORGE LACERDA  
Rubens Nazareno Neves

##### DECRETO N. 436

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,  
DECRETA:

- Art. 1º — Ficam extintas as Escolas Reunidas "José Zaniolo", da localidade de Rio dos Poços, distrito e município de Canoinhas.  
Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.  
Palácio do Governo, em Florianópolis, 13 de julho de 1957.  
JORGE LACERDA  
Rubens Nazareno Neves

##### DECRETO N. 437

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,  
DECRETA:

- Art. 1º — Ficam extintas as Escolas Reunidas "Manuel da Silva Quadros", da localidade de Marçílio Dias, distrito e município de Canoinhas.  
Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.  
Palácio do Governo, em Florianópolis, 13 de julho de 1957.  
JORGE LACERDA  
Rubens Nazareno Neves

##### DECRETO N. 438

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,  
DECRETA:

- Art. 1º — Ficam extintas as Escolas Reunidas "Luiz Gevaerd", da vila de Major Vieira, distrito do mesmo nome, município de Canoinhas.  
Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.  
Palácio do Governo, em Florianópolis, 13 de julho de 1957.  
JORGE LACERDA  
Rubens Nazareno Neves

##### DECRETO N. 439

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,  
DECRETA:

- Art. 1º — Fica convertida em Escolas Reunidas, com a denominação de "Pedro Gonçalves Ribeiro", a escola isolada de Rodeio Grande, distrito e município de Papanduva.  
Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.  
Palácio do Governo, em Florianópolis, 13 de julho de 1957.  
JORGE LACERDA  
Rubens Nazareno Neves

##### DECRETO N. 440

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,  
DECRETA:

- Art. 1º — Fica criado um Grupo Escolar, com a denominação de "Luiz Davet", na vila de Major Vieira, distrito do mesmo nome, município de Canoinhas.  
Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.  
Palácio do Governo, em Florianópolis, 13 de julho de 1957.  
JORGE LACERDA  
Rubens Nazareno Neves

##### DECRETO N. 441

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,  
DECRETA:

- Art. 1º — Fica criado um Grupo Escolar, com a denominação de "Jpsé Zanilo", na localidade de Rio dos Poços, distrito e município de Canoinhas.  
Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.  
Palácio do Governo, em Florianópolis, 13 de julho de 1957.  
JORGE LACERDA  
Rubens Nazareno Neves

##### DECRETO N. 442

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,  
DECRETA:

- Art. 1º — Fica criado um Grupo Escolar, com a denominação de "Manuel da Silva Quadros", na localidade de Marçílio Dias, distrito e município de Canoinhas.  
Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.  
Palácio do Governo, em Florianópolis, 13 de julho de 1957.  
JORGE LACERDA  
Rubens Nazareno Neves

##### DECRETO N. 443

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,  
DECRETA:

- Art. 1º — Ficam extintas as Escolas Reunidas "Prof.ª Antônia Machado Cubes", de Ibiá, município de Tangará.  
Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.  
Palácio do Governo, em Florianópolis, 13 de julho de 1957.  
JORGE LACERDA  
Rubens Nazareno Neves

##### DECRETO N. 444

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,  
DECRETA:

- Art. 1º — Fica criado um Grupo Escolar, na vila de Ibiá, município de Tangará, com a denominação de "Heriberto Hülse".  
Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.  
Palácio do Governo, em Florianópolis, 13 de julho de 1957.  
JORGE LACERDA  
Rubens Nazareno Neves

##### DECRETO N. 445

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,  
DECRETA:

- Art. 1º — Fica criada uma escola isolada, na localidade de Peri, distrito de Ribeirão da Ilha, município de Florianópolis.  
Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.  
Palácio do Governo, em Florianópolis, 13 de julho de 1957.  
JORGE LACERDA  
Rubens Nazareno Neves

Decreto de 11 de julho de 1957

O GOVERNADOR RESOLVE

Exonerar a pedido:

De acordo com o art. 101, n. 1º, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954:

Odette Cruz Penna, Estatístico Auxiliar B-7, do Quadro do Poder Executivo, com exercício no Departamento Estadual de Estatística, a contar de 10 de julho de 1957.

Portaria de 1º de julho de 1957

O GOVERNADOR RESOLVE

Conceder a pedido:

De acordo com o disposto no art. 119, n. IV, combinado com o art. 139, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954:

A vista do atestado médico, quatro (4) meses de licença, a Nilzila Becker Vieira, Perfurador-Conferidor, do De.



# IMPrensa Oficial do Estado

## DIÁRIO OFICIAL

DIRETOR  
PAULO HENRIQUE BLASI

Rua Jerônimo Coelho, n. 15 — Cx. Postal 138  
Telefones: Diretor — 2079 — Portaria — 2688

As assinaturas de "DIÁRIO OFICIAL" poderão ser tomadas em qualquer época, sempre pelo prazo de um ano, observada a seguinte tabela:

Particulares ..... Cr\$ 150,00  
Funcionários ..... Cr\$ 120,00

Para facilitar aos senhores assinantes, vai impressa junto ao endereço a data do término da assinatura, que será suspensa tão logo esteja vencida. Pede-se o obsequio de renová-la com antecedência de 30 dias. Serão aceitos para publicação so-

mente originais dactilografados de um só lado do papel e autenticados, ressalvados, por quem de direito, as emendas e rasuras que nos mesmos se verificarem. A comunicação do preço é feita por

telegramas, somente sendo levado a publicação, após haver a Tesouraria recebido a importância relativa.

As reclamações pertinentes à matéria retribuída, em casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito, à Seção de Redação, no máximo, até cinco dias depois da saída do jornal.

As Repartições Públicas deverão providenciar para que a matéria destinada à publicidade seja entregue com um dia de antecedência.

partamento Estadual de Estatística, a contar de 26 de junho do corrente ano.

Portarias de 11 de julho de 1957

### O GOVERNADOR RESOLVE

#### Conceder:

De acordo com o art. 139, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954: A vista do laudo médico, cento e vinte dias (120) de licença, com ven-

cimento integral, a partir de 1º de julho do corrente ano, a Maria de Lourdes Lehmkuhl Carneiro, Estatístico Auxiliar C-8.

De acordo com o art. 139, § 1º, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954:

A vista do atestado médico, cento e vinte (120) dias de licença, com vencimento integral, a partir de 9 de julho do corrente ano, a Laura Dutra Kniss, Perfurador-Conferidor.

## SECRETARIAS DE ESTADO

### INTERIOR E JUSTIÇA

#### APOSTILA

No título de nomeação de Milton Torres, Oficial de Justiça da comarca de São Bento do Sul, foi lavrada a seguinte: "O portador do presente título, a partir de 1º de janeiro do corrente ano, passou a perceber, de acordo com a lei n. 1.629, de 22 de dezembro de 1956, Cr\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos cruzeiros) mensais, correspondentes ao padrão T-1. Secretária do Interior e Justiça, em Florianópolis, 16 de julho de 1957. Aroldo Carneiro de Carvalho, Secretário da Viação e Obras Públicas, respondendo pelo expediente da Secretaria do Interior e Justiça.

### PENITENCIARIA DO ESTADO

Portaria de 13 de julho de 1957

### O DIRETOR RESOLVE

#### Suspender:

Por 30 dias, de acordo com o art. 278, da lei n. 198, de 18-12-54, o Vigilante Orlandino Manoel José, por indisciplina e irresponsabilidade no serviço, cuja pena converte em multa, conforme o que dispõe o parágrafo único do referido artigo.

## EDUCAÇÃO E CULTURA

Portarias de 13 de outubro de 1956

### O SECRETARIO RESOLVE

#### Designar:

Com a gratificação mensal de .... Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), correndo a despesa por conta da dotação 33-0-009, do orçamento vigente:

A professora Lydia Reis Von Hartwig para, no Curso Normal Regional "Fausto Augusto Werner", de Rio do Sul, substituir, por 60 dias, a contar de 17 de março de 1956, a professora Marília C. Silva, que requereu licença.

Luzia Joana da Silva para, no Grupo Escolar "Feliciano Pires", de Brusque, substituir, por 3 meses, a contar de 1º de setembro de 1956, a professora Noêmia Albani da Silva, que requereu licença.

Maria Jamille Bonnass Puccini, Professora Normalista, para, no Grupo Escolar "Santos Dumont", de Blu-

menau, substituir, por 8 dias, licença de gala, a contar de 7 de agosto de 1956, a professora Acari Zanini, que requereu licença.

Olga Maria Menegatt Stringhini para, nas Escolas Reunidas "André Antônio de Souza", de Volta Grande, município de Concórdia, substituir, por 30 dias, a contar de 11 de julho de 1956, a professora Wilma Egeler, que requereu licença.

Febrônio Tancredo de Oliveira para, no Grupo Escolar "Prof. Wenceslau Bueno", de Palhoça, substituir, por 60 dias, a contar de 10 de agosto de 1956, a professora Lair Emeline Scheidt Hoeller, que requereu licença.

Waltrudes Siwert para, no Grupo Escolar "José Bonifácio", distrito de Rio do Teste, município de Blumenau, substituir, por 30 dias, a contar de 20 de abril de 1956, a professora Karin Zita Karsten, que requereu licença.

Nilza Silva Guenther para, no Grupo Escolar "José Bonifácio", de Rio do Teste, município de Blumenau, substituir, por 60 dias, a contar de 1º de agosto de 1956, a professora Isabel Silveira Batschauer, que requereu licença.

Lorena Antunes Moraes, Regente de Ensino Primário, para, no Grupo Escolar "Belisário Pena", de Capinzal, substituir, por 90 dias, a contar de 12 de julho de 1956, a professora Julieta Vicelli Colaço, que requereu licença.

Alaia Jovelina Pereira para, nas Escolas Reunidas "Maria Garcia Pessi", de Araranguá, substituir, por 90 dias, a contar de 16 de abril de 1956, a professora Maria Pereira Silvano, que requereu licença.

A professor Edelberto Erthal para, no Grupo Escolar "Prof. João Boos", de Guabiruba do Norte, distrito e município de Brusque, substituir, por 90 dias, a contar de 1º de setembro de 1956, o professor Mário Dirschnebel, que requereu licença.

A professora Hilda Lagos para, na Escola estadual de Passo da Felicidade, distrito de Maratá, município de Tangará, substituir, por 90 dias, a contar de 1º de agosto de 1956, a professora Avanir Savian, que requereu licença.

Antônio Samulewski para, na Escola de Dona Lúcia, de Lontras, município de Rio do Sul, substituir, por 90 dias, a contar de 16 de agosto de 1956, a professora Laura Samulewski, que requereu licença.

Antonieta Maria Serafini para, no Grupo Escolar "Paulo Schieffler", de Caçador, substituir, por 35 dias, a contar de 27 de julho de 1956, a professora Maria Theresa Kimak, que requereu licença.

## REGIMENTO DE CUSTAS

A Imprensa Oficial do Estado tem à venda exemplares do novo Regimento de Custas, ao preço de Cr\$ 20,00.

Os pedidos para o interior somente serão atendidos mediante rembolsa postal.

Com a gratificação mensal de .... Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), correndo a despesa por conta da dotação 33-0-009, do orçamento vigente:

Melita Hiffert para, no Grupo Escolar "Roberto Trompowsky", de Joacaba, substituir, por 30 dias, na função de Auxiliar de Direção, a contar de 1º de agosto de 1956, a professora Dioni de Sisti, que requereu licença.

Com a gratificação diária de .... Cr\$ 17,00 (dezessete cruzeiros), correndo a despesa por conta da dotação 33-0-009, do orçamento vigente:

Clotilde Maria Machado, Professora Normalista, para, no Grupo Escolar "Ruy Barbosa", de Joinville, substituir, por 15 dias, a contar de 9 de agosto de 1956, a professora Maria de Lourdes Fonseca, que requereu licença.

Com a gratificação diária de .... Cr\$ 16,00 (dezesseis cruzeiros), correndo a despesa por conta da dotação 33-0-009, do orçamento vigente:

Maria José Marques do Rosário, Professora Normalista, para, na Escola estadual "Edy Soares", de Estrada Santa Catarina, Km. 11, município de Joinville, substituir, por 30 dias, a contar de 1º de agosto de 1956, a professora Rosa Luz Silva, que requereu licença.

Argemira Maria de Farias, aluna da 2ª série do Curso Normal Regional, para, no Grupo Escolar "Dr. José Maria Cardoso da Veiga", de Enseada de Brito, município de Palhoça, substituir, por 30 dias, a contar de 6 de agosto de 1956, a professora Dulce Souza da Silva, que requereu licença.

Helena Vidal, Regente de Ensino Primário, para, no Grupo Escolar "Victor Konder", de São Francisco do Sul, substituir, por 10 dias, a contar de 27 de junho de 1956, a professora Wilma Maurer Franco, que requereu licença.

Leti Maria da Silva, aluna da 3ª série do Curso Normal Regional, para, no Grupo Escolar "Francisco Tolentino", de São José, substituir, por 30 dias, a contar de 1º de agosto de 1956, a professora Nilda Rosa de Souza, que requereu licença.

Ione Vieira, aluna do 1º ano do Curso Normal Regional "Santa Rosa", para, no Grupo Escolar "Prof. Flodoardo Cabral", de Lajes, substituir, por 90 dias, a contar de 21 de agosto de 1956, a professora Vera Batista Neves, que requereu licença.

Irany Scarabeloto, aluna da 3ª série do Curso Normal Regional, para, no Grupo Escolar "Jorge Schütz", de Turvo, substituir, por 90 dias, a contar de 1º de agosto de 1956, a professora Anadina Neto Rabelo, que requereu licença.

Neusa Marina Silva, aluna do Curso Normal Regional, para, no Grupo Escolar "Conselheiro Mafra", de Joinville, substituir, por 10 dias, a contar de 1º de agosto de 1956, a professora Júlia Coelho de Souza, que requereu licença.

Laila Seleme, aluno do Curso Normal, para, no Grupo Escolar "Almirante Barroso", de Canoinhas, substituir, por 90 dias, a contar de 1º de agosto de 1956, a professora Vanda Ribeiro Silva, que requereu licença. Margit Gilson, aluna da 4ª série do Curso Normal Regional, para, no Grupo Escolar "Conselheiro Mafra", de Joinville, substituir, por 90 dias, a contar de 1º de agosto de 1956, a professora Zaira Marques Paz, que requereu licença.

Maria Isabel Santana, aluna da 3ª série do Curso Normal Regional, para, no Grupo Escolar "Henrique Lage", de vila de Henrique Lage, município de Laguna, substituir, por 8 dias, a contar de 18 de junho de 1956, a professora Maria Alba Coelho dos Santos, que requereu licença.

Maria da Graça Bezerra, aluna do Curso Normal Regional, para, no Grupo Escolar "Ruy Barbosa", de Joinville, substituir, por 20 dias, a contar de 1º de agosto de 1956, a professora Luzia Zary de Souza, que requereu licença.

Leny dos Santos, Regente de Ensino Primário, para, no Grupo Escolar "Professora Ana Godim", de Laguna, substituir, por 30 dias, a contar de 6 de agosto de 1956, a professora Liane de Ulysséa Baido Bento, que requereu licença.

Com a gratificação diária de .... Cr\$ 15,00 (quinze cruzeiros), correndo a despesa por conta da dotação 33-0-009, do orçamento vigente:

Miriam Kretzschmar, aluna do Curso Normal Regional, para, no Grupo Escolar "Raulino Horn", de Indaial, substituir, por 90 dias, a contar de 1º de agosto de 1956, a professora Nair Júlia Ferreira de Freitas, que requereu licença.

Zulma Maria Campos, aluna do Curso Normal Regional, para, na Escola isolada de Sul do Rio Cubatão, distrito de Santo Amaro da Imperatriz, município de Palhoça, substituir, por 90 dias, a contar de 1º de agosto de 1956, a professora Robélia de Freitas Garcia, que requereu licença.

Nilo Ferreira da Silva, aluno do 4º ano do Curso Normal Regional, para, na Escola isolada de Encruzilhada do Rio Batalha, distrito e município de Ituporanga, substituir, por 90 dias, a contar de 1º de agosto de 1956, a professora Ilma Longen, que requereu licença.

Tracema da Silva, Professora Complementarista, para, no Grupo Escolar "Raulino Horn", de Indaial, substituir, por 30 dias, a contar de 1º de agosto de 1956, a professora Najla Wiethorn, que requereu licença.

Noêmia Soares Neves, aluna da 4ª série do Curso Normal Regional, para, na Escola mista estadual de Bifurcação, distrito e município de Laguna, substituir, por 30 dias, em prorrogação, a contar de 12 de abril de 1956, a professora Maria Querino Fagundes, que requereu licença.

Com a gratificação diária de .... Cr\$ 14,00 (catorze cruzeiros), correndo a despesa por conta da



dotação 33-0-009, do orçamento vigente:

Maria Krüger, não titulada, para, na Escola estadual de Prainha, da vila da Glória, distrito de Sai, município de São Francisco do Sul, substituir, por 30 dias, a contar de 13 de junho de 1956, a professora Jandira Moreira Ledaux, que requereu licença.

Neusa Ivone Schwingel, aluna da 4ª série do Curso Normal Regional, para, no Grupo Escolar "Carlos Chagas", de Piratuba, substituir por 90 dias, a contar de 1º de agosto de 1956, a professora Irene Vitória Rogge Wosiack, que requereu licença.

Cremilda M. Dehorenzi, para, no Grupo Escolar "Udo Deeke", distrito de Treviso, município de Urussanga, substituir, por 90 dias, a contar de 1º de agosto de 1956, a professora Zulma Luciano Frécia, que requereu licença.

Alcemira Santiago, não titulada, para, no Grupo Escolar "Alexandre de Gusmão", de Bom Retiro, substituir, por 90 dias, a contar de 1º de agosto de 1956, a professora Gilda Silveira de Andrade, que requereu licença.

Idaete Justino, Professora Complementarista, para, na Escola mista estadual de Rio do Pouso, distrito de Braço do Norte, município de Tubarão, substituir, por 90 dias, a contar de 1º de agosto de 1956, a professora Alda Maria N. Motta, que requereu licença.

Zilda Maria de Souza, Professora Complementarista, para, na Escola mista estadual de Ribanceira, distrito de Henrique Lage, município de Laguna, substituir, por 180 dias, em prorrogação, a contar de 30 de abril de 1956, a professora Maria Nazaré Duarte Fortunato, que requereu licença.

Carlota Teixeira, Professora Complementarista, para, na Escola mista estadual de Pontão, distrito e município de Capinzal, substituir, por 90 dias, a contar de 1º de agosto de 1956, a professora Maria José Vargas Ferreira, que requereu licença.

Com a gratificação diária de .... Cr\$ 13,00 (treze cruzeiros), correndo a despesa por conta da dotação 33-0-009, do orçamento vigente:

Benta Passos, não titulada, para, nas Escolas Reunidas "Professora Carmela Fenner", de Ipanema, município de Porto Belo, substituir, por 45 dias, a contar de 1º de agosto de 1956, a professora Lígia Santor Rodrigues, que requereu licença.

Angelina Moretto, não titulada, para, nas Escolas Reunidas "Prof. José Bevilacqua", da vila de Bom Jesus, distrito de Caxambu, município de Chapecó, substituir, por 90 dias, a contar de 10 de agosto de 1956, a professora Dorviri Angelina de Mello Chiarello, que requereu licença.

Carlito Sebastião Petres, não titulado, para, na Escola mista estadual de São Lourenço II, distrito e município de Mafra, substituir, por 90 dias, a contar de 1º de agosto de 1956, a professora Ignês Grein Petres, que requereu licença.

Aquiles Burille, não titulado, para, na Escola mista de Lajeado Grande, distrito e município de Tangará, substituir, por 90 dias, a contar de 30 de julho de 1956, a professora Olinda Burille, que requereu licença.

Sibília Justzechen, não titulada, para, na Escola mista estadual desdobrada, de Colônia — Bley — Pomboas, distrito de Iraputã, município de Itaipópolis, substituir, por 90 dias, a contar de 15 de agosto de 1956, a professora Sofia Kruczkivicz Demétrio, que requereu licença.

Irene Duarte, não titulada, para, na Escola estadual de Ribeirão Pequeno, município de Laguna, substituir, por 60 dias, a contar de 1º de agosto de 1956, a professora Dair

Garbelotti de Bem, que requereu licença.

Rute Maria Coutinho, não titulada, para, na Escola mista de Areias, município de Biguaçu, substituir, por 120 dias, a contar de 21 de agosto de 1956, a professora Olívia Salomé Graciosa, que requereu licença.

Sueli Boldi, não titulada, para, na Escola mista de Bebedouro, distrito de Ponte Serrada, município de Joazeiro, substituir, por 60 dias, a contar de 20 de agosto de 1956, a professora Doralina Zeferina Potrich, que requereu licença.

Alzira de Souza, não titulada, para, na Escola mista de Bateas de Cima, município de Campo Alegre, substituir, por 90 dias, a contar de 1º de agosto de 1956, a professora Alenice Teresinha Narloch, que requereu licença.

Osmar Gonzatto, não titulado, para, nas Escolas Reunidas "Prof.ª Antônia Machado Cubas", distrito de Ibiara, município de Tangará, substituir, por 90 dias, a contar de 12 de abril de 1956, a professora Nadir de Moraes, que requereu licença.

Cleusa Nunes, não titulada, para, na Escola isolada de Aranhãs, distrito de Inglesses do Rio Vermelho, município de Florianópolis, substituir, por 90 dias, a contar de 4 de maio de 1956, a professora auxiliar Dilma Nunes de Souza, que requereu licença.

Ivanilde Zonta, não titulada, para, nas Escolas Reunidas "Professora Agar Alves Nunes", de Encruzilhada, distrito de Palmeiras, município de Lajes, substituir, por 90 dias, a contar de 13 de agosto de 1956, a professora Paula Francioze Franzoi, que requereu licença.

Eugênia Araújo, não titulada, para, na Escola isolada estadual de Itoupava, distrito e município de Turvo, substituir, por 15 dias, a contar de 1º de agosto de 1956, a professora Júlia Araújo Horn, que requereu licença.

Clarinda Silveira, não titulada, para, na Escola mista estadual de Negrinha, distrito de Canoas, município de Bom Retiro, substituir, por 90 dias, a contar de 1º de agosto de 1956, a professora Josepha Maria Raimundo, que requereu licença.

Nair Zuchetti, para, na Escola mista estadual de Indaial, distrito de Claraíha, município de Nova Trento, substituir, por 90 dias, a contar de 10 de agosto de 1956, a professora Olga Harcola Wisbeck, que requereu licença.

Leonor Russi, para, na Escola isolada de Alto Fruteira, distrito e município de Rio do Sul, substituir, por 90 dias, a contar de 1º de agosto de 1956, a professora Ivanilde Botelho Leonel, que requereu licença.

Cleusa Maria Mendes, não titulada, para, na Escola mista estadual de Curralinho, distrito e município de São Joaquim, substituir, por 90 dias, a contar de 10 de agosto de 1956, a professora Ondina Lopes Mendes, que requereu licença.

Nair de Oliveira, não titulada, para, na Escola mista estadual de Centro de Fernandes I, distrito de São João Batista, município de Tijucas, substituir, por 90 dias, a contar de 16 de agosto de 1956, a professora Maria de Lourdes Zunino Duarte, que requereu licença.

Dilma Ramos, não titulada, para, na Escola mista estadual de Ponta da Barra, município de Laguna, substituir, por 90 dias, a contar de 1º de agosto de 1956, a professora Irene Volgas Guedes, que requereu licença.

Leocádia Valquíria Torrens, não titulada, para, na Escola mista desdobrada de Desvio Caillet, distrito e município de Mafra, substituir, por 45 dias, a contar de 1º de agosto de 1956, a professora Alzira Martins Stephanes, que requereu licença.

Maria do Espírito Santo Bastos, para, na Escola estadual de Nova Descoberta I, distrito e município de Tijucas, substituir, por 90 dias, a contar de 1º de agosto de 1956, a

professora Maria de Lourdes Brito Lemos, que requereu licença.

Elizabeth Teresinha Wolff, não titulada, para, na Escola mista de Campinas, distrito de Índios, município de Lajes, substituir, por 60 dias, a contar de 9 de junho de 1956, o professor Sebastião Wolff, que requereu licença.

Com a gratificação diária de .... Cr\$ 12,00 (doze cruzeiros), correndo a despesa por conta da dotação 33-0-009, do orçamento vigente:

Teresinha de Melo, para, no Grupo Escolar "Duque de Caxias", de Mafra, substituir, por 30 dias, a contar de 26 de maio de 1956, a servente Rosa Ribeiro Nazário, que requereu licença.

Elza Breda, para, no Grupo Escolar "Deodoro", de Concórdia, substituir, por 90 dias, a contar de 1º de agosto de 1956, a Zeladora Ana Alba de Souza, que requereu licença.

Leonel Eleutério Ramos, para, no Grupo Escolar "José Brasilício", de Biguaçu, substituir, por 30 dias, a contar de 17 de maio de 1956, o contínuo Maria Matilde Péres, que requereu licença.

Alzira Alves de Oliveira, não titulada, para, na 7ª Delegacia de Ensino, do distrito e município de Chapecó, substituir, por 90 dias, a contar de 10 de agosto de 1956, a Servente, referência VII, Idalina Fidelis de Matos, que requereu licença.

Com a gratificação diária de .... Cr\$ 11,00 (onze cruzeiros), correndo a despesa por conta da dotação 33-0-009, do orçamento vigente:

Anadir Duarte, para, no Grupo Escolar "Almirante Boteux", de Araquari, substituir, por 30 dias em prorrogação, a contar de 6 de julho de 1956, a Servicial, referência V, Maria Natália Agra, que requereu licença.

Corina Dajola Gularthe, para, no Grupo Escolar "Princesa Isabel", da vila de Morro da Fumaça, município de Urussanga, substituir, por 90 dias, a contar de 21 de maio de 1956, a servicial Dilsa Mendes Bortolon, que requereu licença.

Melânia Busch, Zeladora, referência V, para, no Grupo Escolar "Tefilo Nolasco de Almeida", distrito de Benedito Novo, município de Rodeio, substituir, por 90 dias, a contar de 9 de agosto de 1956, a Zeladora, referência V, Wally Teske, que requereu licença.

Portaria de 17 de outubro de 1956

O SECRETÁRIO RESOLVE

Designar:

Com a gratificação diária de .... Cr\$ 17,00 (dezessete cruzeiros), correndo a despesa por conta da dotação 33-0-009, do orçamento vigente:

Nilza Hass de Novaes, para, no Grupo Escolar "Francisco Tolentino", de São José, substituir, por 45 dias, a contar de 15 de fevereiro de 1956, a professora Clara Maria Ramos da Luz Matos, que requereu licença.

## FAZENDA

COMISSÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

Edital

De ordem do sr. presidente, intimo o sr. Hélio Willy Fauth, ocupante do cargo de Escrivão A-7, interino, do Quadro do Poder Executivo, que se encontra em lugar incerto, para apresentar, dentro do prazo de quinze dias, a contar desta data, defesa nos autos de Inquérito Administrativo mandado instaurar pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda (portaria reservada, datada de 1º de

fluentes mês), para apurar irregularidades que vinham ocorrendo no Posto de Arrecadação de Pinheiro Preto, onde foi constatado, pela referida Comissão de Inquérito, o alcance de cento e vinte e oito mil quinhentos e noventa cruzeiros e sessenta centavos (Cr\$ 128.590,60), de responsabilidade única e exclusiva do referido indiciado.

Pinheiro Preto, em 15 de julho de 1957.

Francisco Xavier dos Anjos, secretário.

Edital

De ordem do sr. presidente, intimo o sr. Hélio Willy Fauth, ocupante do cargo de Escrivão A-7, interino, do Quadro do Poder Executivo, que exercia as funções de Encarregado do Posto de Arrecadação de Pinheiro Preto, subordinado à Coletoria de Videira, a recolher aos cofres do Estado, no prazo de quarenta e oito horas, a contar desta data, a importância de cento e vinte e oito mil quinhentos e noventa cruzeiros e sessenta centavos (Cr\$ 128.590,60), que corresponde ao alcance de sua única responsabilidade, apurado pela Comissão de Inquérito Administrativo, designada pela portaria reservada datada de 1º do fluente mês, da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, para apurar irregularidades que vinham ocorrendo na referida repartição.

Pinheiro Preto, em 15 de julho de 1957.

Francisco Xavier dos Anjos, secretário.

## COLETORIA ESTADUAL DE FLORIANÓPOLIS

Impostos s/Tabacos e Derivados e s/Bebidas Alcoólicas

Edital

De ordem do sr. coletor, turno público que esta Coletoria, procederá durante o corrente mês de julho a cobrança do segundo semestre dos impostos s/Tabacos e Derivados e s/Bebidas Alcoólicas.

Os contribuintes que não satisfizerem seus pagamentos no mês citado, poderão fazê-lo no mês seguinte, acrescido da multa de mora de 20%.

Findos esses prazos, as certidões serão remetidas à Promotoria Pública para a cobrança executiva.

Coletoria Estadual de Florianópolis, em 8 de julho de 1957.

Osny Pessoa Maciel, escrivão.

(10-5)

## VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Portaria de 12 de julho de 1957

O SECRETÁRIO RESOLVE

Conceder licença:

De acordo com o art. 137, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954: A Ivo Pedro Coelho, ocupante do cargo de Mecânico Especializado, referência X, do Quadro do Pessoal Extranumerário mensalista do DER, de quarenta e cinco (45) dias, com vencimento integral, tendo em vista o termo de inspeção médica e que foi submetido.

## DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Portaria de 10 de julho de 1957

O DIRETOR-GERAL RESOLVE

Exonerar, a pedido:

O senhor Nery Nicolazzi do cargo de diretor da Divisão Administrativa do DER, referência XXV, por ter sido nomeado para exercer outro cargo público.

Portaria de 13 de julho de 1957

O DIRETOR-GERAL RESOLVE

Designar:

O Engenheiro Egon Alberto Stein, Residente com sede em Blumenau, para fiscalizar os serviços da construção da ponte sobre o rio Benedito, no município de Timbó.



# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

## RESOLUÇÃO N. 30

Estabelece o concurso para o ante-projeto do Palácio Legislativo e concede prêmios

Art. 1º — Fica aberto o concurso para a apresentação de ante-projetos da construção do novo Palácio Legislativo, ao qual poderão concorrer, desde que legalmente habilitados, engenheiros e arquitetos nacionais, individualmente ou em equipe, ou firmas de engenharia, devidamente legalizadas.

Parágrafo único — É permitido ao participante do concurso concorrer com mais de um ante-projeto.

Art. 2º — A Diretoria Geral desta Assembléia publicará editais no órgão oficial, divulgando pelo rádio e jornais a realização do concurso e fornecendo às partes interessadas cópia de planta do terreno, programa do edifício a construir e normas de apresentação dos trabalhos.

Art. 3º — Os ante-projetos deverão ser apresentados ao sr. presidente da Assembléia Legislativa até às 18 horas do dia 16 de setembro do corrente ano.

Art. 4º — Fica constituída uma Comissão Julgadora presidida pelo sr. presidente da Assembléia Legislativa e dos srs. Deputados que integram a Comissão Executiva da Casa (1º e 2º secretários), do engenheiro diretor de Obras Públicas do Estado, do presidente da Associação Catarinense de Engenheiros, de dois Arquitetos de reconhecida capacidade, estrangeiros ao concurso, de livre nomeação do sr. presidente.

Art. 5º — Os resultados do julgamento serão proclamados até o dia 1º de outubro do corrente ano, providenciando a Assembléia Legislativa a exposição dos melhores trabalhos apresentados.

Art. 6º — Aos vencedores do concurso serão concedidos os seguintes prêmios:

- a. 1º colocado: Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros).
- a. 2º colocado: Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros).
- a. 3º colocado: Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros).

Parágrafo único — A Comissão Julgadora não é obrigada a classificar os três melhores trabalhos e, consequentemente, designar concorrentes que devam ser premiados se, a seu juízo, não houver trabalhos merecedores de todos ou de alguns dos prêmios estipulados.

Art. 7º — O sr. presidente da Assembléia Legislativa poderá "ad-re-

ferendum" do Plenário, contratar com a firma ou profissional vencedor do concurso, que terá direito de preferência, a elaboração do projeto definitivo e completo para a construção do Palácio Legislativo.

Art. 8º — O trabalho que obtiver o primeiro lugar passará, após o pagamento do prêmio estipulado, a ser de propriedade da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 9º — As despesas decorrentes desta resolução correrão à conta de dotação do Poder Legislativo, Código Local 02-2-089, do orçamento vigente.

Art. 10 — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 18 de junho de 1957.

Ruy Hülse, presidente.  
Volney Colaço de Oliveira, 1º secretário.  
Estanislau Romanowski, 2º secretário.

## EDITAL

### Concurso de ante-projeto para o novo edifício.

De acordo com o disposto na Resolução n. 30, de 18 de junho de 1957, é instituído o presente concurso público de ante-projetos para o edifício-sede da Assembléia Legislativa, o qual obedecerá às seguintes condições:

1. — Somente poderão participar do concurso, desde que legalmente habilitados, engenheiros e arquitetos nacionais, individualmente ou em equipe ou firmas de engenharia devidamente legalizadas.

2. — As inscrições estarão abertas na Diretoria Geral da Assembléia Legislativa recebendo os concorrentes, após a exibição dos documentos que provem acharem-se habilitados nos termos do item 1. o seguinte:

- 2.1 — Planta do terreno, na escala 1:200;
- 2.2 — Programa do edifício a construir;
- 2.3 — Normas de apresentação do trabalho;
- 2.4 — Os concorrentes domiciliados fora desta Capital poderão inscrever-se por intermédio de representantes ou procuradores devidamente habilitados.

3. — Os concorrentes terão o prazo improrrogável até as dezoito (18) horas do dia dezoito de setembro de mil novecentos e cinquenta e sete (18-9-1957) para apresentação, na Diretoria Geral da Assembléia Legislativa, dos seguintes trabalhos:

3.1 — Plantas de cada pavimento e de cobertura na escala de 1:100, desenhadas com todos os seus elementos, inclusive marcação provável dos elementos estruturais;

3.2 — Cortes longitudinais e transversais na escala de 1:100 em número suficiente à compreensão do projeto e com indicação dos elementos estruturais;

3.3 — Duas (2) perspectivas de exterior, sendo uma (1) para a Praça Pereira e Oliveira e outra para a rua Marechal Guilherme;

3.4 — Duas (2) perspectivas de interior, sendo uma (1) do Plenário e outra de livre escolha do concorrente.

4. — O estilo a ser adotado para o prédio deve ser de preferência contemporâneo.

5. — Na elaboração e execução dos trabalhos deverão ser observadas as seguintes exigências:

5.1 — Todos os desenhos, excetuadas as perspectivas, deverão ser a nanquim, em papel vegetal e apresentados em cópia xalid, fundo branco em traço preto ou azul escuro;

5.2 — As perspectivas serão de livre execução;

5.3 — Todos os trabalhos, inclusive as perspectivas, serão apresentados em painel de madeira compensada, medindo 1,20 m. por 0,80 m.

5.4 — As pranchas poderão conter mais de um elemento de trabalho e sempre que se fizer necessário será permitido a apresentação de pequenos croquis, cortes, perspectivas ou gráficos nos desenhos das plantas, cortes e fachadas como complemento às soluções apresentadas. Nos gráficos, sobretudo nos de circulação, poder-se-ão empregar cores para a melhor compreensão.

6. — O concorrente apresentará memorial justificativo do seu trabalho, de preferência dactilografado, podendo o memorial conter pequenos desenhos, croquis, contribuindo para o melhor esclarecimento do ante-projeto.

7. — Nenhum concorrente poderá apresentar variante de um mesmo ante-projeto, porém poderá concorrer com mais de um ante-projeto.

8. — A Comissão Julgadora será constituída pelo presidente da Assembléia Legislativa do Estado, dos senhores deputados 1º e 2º secretários da Mesa, do engenheiro-diretor de Obras Públicas e do presidente da Associação Catarinense de Engenheiros e de dois (2) arquitetos de reconhecida capacidade, estrangeiros ao concurso;

8.1 — A Comissão será presidida pelo presidente da Assembléia Legislativa do Estado que só terá voto de desempate;

8.2 — O "veredictum", da Comissão Julgadora deverá ser proferido até o dia primeiro de outubro do corrente ano (1º-10-1957).

9. — Aos trabalhos classificados se distribuirão os seguintes prêmios:

9.1 — Ao concorrente classificado em primeiro lugar caberá o prêmio de cento e vinte mil cruzeiros .... (Cr\$ 120.000,00), cabendo-lhe, oportunamente, o direito de preferência no contrato do projeto definitivo e completo para a construção do Palácio do Poder Legislativo;

9.2 — Ao segundo classificado caberá o prêmio de cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 50.000,00);

9.3 — Ao terceiro classificado caberá o prêmio de trinta mil cruzeiros (Cr\$ 30.000,00).

10. — A Comissão Julgadora não é obrigada a classificar os três melhores trabalhos e, consequentemente, designar concorrentes que devam ser premiados se, a seu juízo, não houver trabalhos merecedores de todos ou de alguns dos prêmios estipulados.

11. — O trabalho que obtiver o primeiro lugar passará, após o pagamento do prêmio estipulado, a ser de propriedade da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

12. — A Assembléia Legislativa promoverá a exposição pública dos melhores trabalhos apresentados, divulgando pela imprensa a sua realização.

13. — Os trabalhos, excetuado o classificado em primeiro lugar, deverão ser retirados pelos respectivos concorrentes quinze (15) dias após o encerramento da exposição, ficando a Assembléia Legislativa isenta de qualquer responsabilidade pelos trabalhos não reclamados dentro desse prazo.

14. — Para quaisquer esclarecimentos ou dúvidas que surjam do presente edital os interessados dirigir-se-ão, por escrito, ao diretor-geral da Assembléia Legislativa e receberão resposta escrita, que será comunicada a todos os inscritos no concurso.

15. — Os serviços da secretaria do concurso serão desempenhados por funcionários da Assembléia Legislativa, designados pelo presidente da Comissão Julgadora.

Palácio da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 1º de julho de 1957.

Hermes Guedes da Fonseca, diretor-geral.

(15-12)

## SEGURANÇA PÚBLICA

Portarias de 11 de julho de 1957

### O SECRETÁRIO RESOLVE

#### Conceder licença:

De acordo com o art. 131, combinado com o art. 134, da lei n. 198, de 18-12-954:

A Fúlvio Paulo da Silva, ocupante do cargo de Comissário de Polícia, padrão I-12, do Quadro do Poder Executivo, com exercício na Delegacia Regional de Polícia da Capital, de sessenta (60) dias, com vencimento integral, a contar de 4 de junho do corrente ano.

#### Conceder licença, em prorrogação:

De acordo com o art. 138, § 1º, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954:

A Cecy Gonçalves Póvoas, ocupante do cargo da classe E-7 da carreira de Escriturário, do Quadro do Poder Executivo, com exercício nesta Secretaria, de sessenta (60) dias, com vencimento integral, a contar de 21 de junho de 1957.

### Requerimentos despachados

27 DE JUNHO

N. 480. — Empresa Santo Arjo da Guarda — Pague-se, à vista das informações a quantia de Cr\$ 10.117,00, desentranhando-se os documentos necessários à comprovação da despesa, de acordo com o decreto n. 622, de 28-11-38.

N. 540. — Empresa Auto Viação Peixoto — Pague-se, idem, idem, a quantia de Cr\$ 1.485,00, idem, idem.

N. 622. — Cídio Valentim Ferreira — Concedo 40 dias, de acordo com o laudo médico.

2 DE JULHO

N. 490-537-539. — Empresa de Transportes Coletivos Rápido Sul Brasileiro — Pague-se, à vista das informações a quantia de Cr\$ 8.040,00, desentranhando-se os documentos necessários à comprovação da despesa, de acordo com o decreto n. 622, de 28-11-38.

N. 627. — Philippe Jorge — Pague-se, idem, idem, a quantia de Cr\$ 7.000,00, idem, idem.

N. 533. — Telefônica S. A. — Pague-se, idem, idem, a quantia de Cr\$ 790,40, idem, idem.

N. 605. — Livraria e Papelaria Record Ltda. — Pague-se, idem, idem, a quantia de Cr\$ 4.243,50, idem, idem.

8 DE JULHO

N. 643. — João Jorge Mussi & Irmãos — Pague-se, à vista das informações a quantia de Cr\$ 15.880,00, desentranhando-se os documentos necessários à comprovação da despesa, de acordo com o decreto n. 622, de 28-11-38.

N. 747. — Artur Moreira de Castilho — Certifique-se o que constar.

## AGRICULTURA

### DIRETORIA DE TERRAS E COLONIZAÇÃO

Inspetoria do 1º Distrito

SEDE EM FLORIANÓPOLIS

Edital n. 12-57 — Prazo de 30 dias

De ordem do sr. eng. diretor de Terras e Colonização, faço público a quem interessar possa, que as petições requerendo terras devolutas, cujos números, áreas, situações, confrontações e nomes dos requerentes vão abaixo mencionados, se acham nesta D. T. C., com vistas aos oponentes ou interessados no prazo acima referido, findo o qual e não havendo

contestações, serão as ditas petições, após verificação oficial, encaminhadas para despacho final do exmo. sr. Governador.

#### Município de São José

Cristóvão Henrique Werlich — N. 10.289-J-53 — Requer 23 hectares de terras devolutas no lugar Rio das Capivaras, distrito de Rancho Queimado com as seguintes confrontações: Norte, com terras de Nicolau Werlich; sul, com terras de Fredolino Diel; leste, com o requerente; oeste, com Schawmbach.

Atalbio Antônio Broering — N. 8.856-I-52 — Requer 68 hectares de terras devolutas no lugar Rio Lajeado, distrito de Santa Izabel, com as seguintes confrontações: Norte, com terras devolutas; sul, com Leonardo Schütz e com o requerente; leste, com o requerente; oeste, com o Rio Lajeado.

E, para que ninguém algue ignorância, lavrei o presente edital, do qual extraí cópias para serem publicadas no "Diário Oficial" do Estado e afixadas nos lugares mais públicos do município de São José.

Florianópolis, 9 de maio de 1957.

Itamar Mongullhott, inspetor.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

**Térmo de contrato de locação de serviços que entre si fazem o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e o senhor Pedro Paulo Vaz**

No dia 1º de julho do ano de mil novecentos e cinquenta e sete (1957), nesta cidade de Florianópolis, no Gabinete do presidente do Tribunal de Contas, compareceu perante o exmo. sr. dr. João José de Souza Cabral, presidente, em exercício, com atribuições que lhe são conferidas pelo art. 36, da lei n. 1.366, de 4-11-55, adiante denominado simplesmente "contratante", o sr. Pedro Paulo Vaz, brasileiro, solteiro, maior, residente à rua Gaspar Dutra, n. 500, Estreito, adiante denominado simplesmente "contratado", apresentando os documentos legais, dizendo que vinha, em virtude da indicação aprovada pelo Egrégio Tribunal, assinar o "Térmo de Contrato" de locação de serviços, nos termos das cláusulas seguintes:

## CLAUSULA I

O "contratado" obriga-se a prestar ao "contratante" os serviços que lhe forem confiados, comprometendo-se a executá-los com todo o esmero e presteza.

## CLAUSULA II

O "contratado" obriga-se ao horário normal deste órgão.

## CLAUSULA III

O "contratante" pagará ao "contratado", mensalmente, a remuneração de quatro mil cruzeiros (Cr\$ 4.000,00), em retribuição aos seus serviços.

## CLAUSULA IV

A despesa resultante da execução deste contrato correrá à conta da verba 04-1-021 — Contratos — deste Tribunal.

## CLAUSULA V

Este contrato é válido pelo prazo de dois anos, contando-se para sua vigência a data da assinatura do mesmo.

## CLAUSULA VI

Este contrato poderá ser rescindido, se alguma das partes mostrar interesse, devendo porém notificar a outra, com antecedência — mínima — de trinta dias.

## CLAUSULA VII

As disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado constituem, no que forem aplicáveis, cláusula implícita deste contrato.

## CLAUSULA VIII

Este contrato só será considerado perfeito e acabado, após aprovado pelo Tribunal de Contas, reunido em sessão Plenária.

## CLAUSULA IX

Este contrato é isento de selos, nos termos do art. 15, § 5º, da Constituição Federal.

E por estarem assim ajustados e contratados, mandou o sr. presidente, em exercício, dr. João José de Souza Cabral, lavrar, para todos os efeitos legais e seu fiel cumprimento, o presente "Térmo de Contrato", que assina juntamente com o "contratado", Pedro Paulo Vaz, na presença das testemunhas abaixo. Eu, Hamilton Cordeiro, Encarregado do Pessoal lavrei o termo, que também assino.

Florianópolis, 1º de julho de 1957.

João José de Souza Cabral, presidente, em exercício.

Pedro Paulo Vaz, contratado

Hamilton Cordeiro, Encarregado do Pessoal.

Testemunhas:

Jonas Andriani, brasileiro, casado, funcionário público estadual, residente nesta Capital.

Orlando Giralddi Vanin, brasileiro, casado, funcionário público estadual, residente nesta Capital.

(6522)

**Térmo de contrato de locação de serviços que entre si fazem o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e o senhor Patrício Brasil**

No dia 1º de julho do ano de mil novecentos e cinquenta e sete (1957), nesta cidade de Florianópolis, no Gabinete do presidente do Tribunal de Contas, compareceu perante o exmo. sr. dr. João José de Souza Cabral, presidente, em exercício, com atribuições que lhe são conferidas pelo art. 36, da lei n. 1.366, de 4-11-55, adiante denominado simplesmente "contratante", o sr. Patrício Brasil, brasileiro, casado, maior, residente à rua Frei Caneca, n. 104, nesta cidade, adiante denominado simplesmente "contratado", apresentando os documentos legais, dizendo que vinha, em virtude da indicação aprovada pelo Egrégio Tribunal, assinar o "Térmo de Contrato" de locação de serviços, nos termos das cláusulas seguintes:

## CLAUSULA I

O "contratado" obriga-se a prestar ao "contratante" os serviços que lhe forem confiados, comprometendo-se a executá-los com todo esmero e presteza.

## CLAUSULA II

O "contratado" obriga-se ao horário normal deste órgão.

## CLAUSULA III

O "contratante" pagará ao "contratado", mensalmente, a remuneração de três mil e oitocentos cruzeiros (Cr\$ 3.800,00), em retribuição aos seus serviços.

## CLAUSULA IV

A despesa resultante da execução deste contrato correrá à conta da verba 04-1-021 — Contratos — deste Tribunal.

## CLAUSULA V

Este contrato é válido pelo prazo de dois anos, contando-se para a sua vigência a data da assinatura do mesmo.

## CLAUSULA VI

Este contrato poderá ser rescindido, se alguma das partes mostrar interesse, devendo porém notificar a outra, com antecedência mínima de trinta dias.

## CLAUSULA VII

As disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado constituem, no que forem aplicáveis, cláusula implícita deste contrato.

## CLAUSULA VIII

Este contrato só será considerado perfeito e acabado, após aprovado pelo Tribunal de Contas, reunido em sessão Plenária.

## CLAUSULA IX

Este contrato é isento de selos, nos termos do art. 15, § 5º, da Constituição Federal.

E por estarem assim ajustados e contratados, mandou o sr. presidente, em exercício, dr. João José de Souza Cabral, lavrar, para todos os efeitos legais e seu fiel cumprimento, o presente "Térmo de Contrato", que assina juntamente com o "contratado", Patrício Brasil, na presença das testemunhas abaixo. Eu, Hamilton Cordeiro, Encarregado do Pessoal, lavrei o termo, que também assino.

Florianópolis, 1º de julho de 1957.

João José de Souza Cabral, presidente, em exercício.

Patrício Brasil, contratado.

Hamilton Cordeiro, Encarregado do Pessoal.

Testemunhas:

Jonas Andriani, brasileiro, casado, funcionário público estadual, residente nesta Capital.

Orlando Giralddi Vanin, brasileiro, casado, funcionário público estadual, residente nesta Capital.

(6523)

**Térmo de contrato de locação de serviços que entre si fazem o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e o senhor Hipólito Luiz Piazza**

No 1º dia do mês de julho do ano de mil novecentos e cinquenta e sete (1957), nesta cidade de Florianópolis, no Gabinete do presidente do Tribunal de Contas, compareceu perante o exmo. sr. dr. João José de Souza Cabral, presidente, em exercício, com atribuições que lhe são conferidas pelo art. 36, da lei n. 1.366, de 4-11-55, adiante denominado simplesmente "contratante", o sr. Hipólito Luiz Piazza, brasileiro, solteiro, maior, residente à rua Av. Rio Branco n. 56, nesta cidade, adiante denominado simplesmente "contratado", apresentando os documentos legais, dizendo que vinha, em virtude da indicação aprovada pelo Egrégio Tribunal, assinar o "Térmo de Contrato", de locação de serviços, nos termos das cláusulas seguintes:

## CLAUSULA I

O "contratado" obriga-se a prestar ao "contratante" os serviços que lhe forem confiados, comprometendo-se a executá-los com todo o esmero e presteza.

## CLAUSULA II

O "contratado" obriga-se ao horário normal deste órgão.

## CLAUSULA III

O "contratante" pagará ao "contratado", mensalmente, a remuneração de três mil e quatrocentos cruzeiros (Cr\$ 3.400,00), em retribuição aos seus serviços.

## CLAUSULA IV

A despesa resultante da execução deste contrato correrá à conta da verba 04-1-021 — Contratos — deste Tribunal.

## CLAUSULA V

Este contrato é válido pelo prazo de dois anos, contando-se para sua vigência a data da assinatura do mesmo.

## CLAUSULA VI

Este contrato poderá ser rescindido, se alguma das partes mostrar interesse, devendo porém notificar a outra, com antecedência — mínima — de trinta dias.

## CLAUSULA VII

As disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado constituem, no que forem aplicáveis, cláusula implícita deste contrato.

## CLAUSULA VIII

Este contrato só será considerado perfeito e acabado, após aprovado pelo Tribunal de Contas, reunido em sessão Plenária.

## CLAUSULA IX

Este contrato é isento de selos, nos termos do artigo 15, § 5º, da Constituição Federal.

E por estarem assim ajustados e contratados, mandou o sr. presidente, em exercício, dr. João José de Souza Cabral, lavrar, para todos os efeitos legais e seu fiel cumprimento, o presente "Térmo de Contrato", que assina juntamente com o "contratado", Hipólito Luiz Piazza, na presença das testemunhas abaixo. Eu, Hamilton Cordeiro, Encarregado do Pessoal, lavrei o termo, que também assino.

Florianópolis, 1º de julho de 1957.

João José de Souza Cabral, presidente, em exercício.

Hipólito Luiz Piazza, contratado.

Hamilton Cordeiro, Encarregado do Pessoal.

Testemunhas:

Jonas Andriani, brasileiro, casado, funcionário público estadual, residente nesta Capital.

Orlando Giralddi Vanin, brasileiro, casado, funcionário público estadual, residente nesta Capital.

(6521)

**Expediente do exmo. sr. juiz-semanário**

Durante os dias de 7 a 8 de dezembro, o exmo. sr. juiz deste Tribunal de Contas, sr. Nelson Heitor Stoeterau, registrou os seguintes empenhos:

Poder Executivo — Gabinete do Governador: verba 04-4-177 — n. do empenho 23 — "O Tempo" — Jornal — Cr\$ 2.000,00; Idem — verba 04-3-091 — n. do empenho 18 — Carlos Hoepecke S/A — Cr\$ 33.195,00. Palácio do Governo: verba 05-4-167 — n. do empenho 13 — Em. de Luz e Força de Fpolis. — Cr\$ 5.701,80.

Secretaria do Interior e Justiça — CESPE: verba 16-4-197 — n. do empenho 7 — Esteliano Matias Souto — Cr\$ 739,20; Idem — verba 16-3-113 — n. do empenho 5 — Idem Cr\$ 449,00; Idem — verba 16-0-014 — n. do empenho 4 — Dr. Dante De Patta — Presidente — Cr\$ 900,00. Penitenciária: verba 17-4-194 — n. do empenho 17 — Oliveira Filho S/A — .... Cr\$ 2.875,00; Idem — verba .... 17-3-091 — n. do empenho 41 — Irmãos Amin — Cr\$ 20.987,00.

Secretaria da Educação e Cultura — Seção Expediente: verba 22-4-152 — n. do empenho 5 — Diretor "O Jornal" — Rio — Cr\$ 1.700,00. Escola Profissional Feminina Fpolis., verba 31-4-195 — n. do empenho 1 — Cora B. da Silveira — Cr\$ 4.000,00.

Secretaria da Saúde e Assistência Social — Hospital "Nereu Ramos", verba 41-3-145 — n. do empenho 6 — Carlos Hoepecke S/A — Cr\$ 1.300,00; Idem — verba .... 41-3-096 — n. do empenho 76 — Antônio Rizzo & Cia — Cr\$ 7.469,60; Idem — verba 41-3-096 — n. do empenho 75 — Farmácia Catarinense S/A — Cr\$ 907,90; Idem — verba 41-3-096 — n. do empenho 74 — Proquifar S/A — .... Cr\$ 14.000,00; Idem — verba .... 41-3-096 — n. do empenho 73 — Laboratórios Geyer S/A — .... Cr\$ 1.941,00; Idem — verba .... 41-3-096 — n. do empenho 72 — Adão Miranda — Administrador — Cr\$ 4.810,00; Idem — verba .... 4-3-096 — n. do empenho 71 — F. Blasch Júnior — Cr\$ 3.687,20; Idem — verba 41-3-096 — n. do empenho 70 — Abbot Laboratórios do Brasil Ltda. — Cr\$ 3.107,50; Idem — verba 41-3-096 — n. do empenho 69 — Cia. Química Rhódia Brasileira — Cr\$ 1.955,20; Idem — verba 41-3-096 — n. do empenho 68 — S/A Inst. Terapêuticos Reunidos "Laforma" — Cr\$ 808,10; Idem — verba 41-3-096 — n. do empenho 67 — Cia. Paulista de Representações — Cr\$ 1.766,00; Idem — verba 41-3-089 — n. do empenho 66 — Ramar S/A — Com. e Farm. — Cr\$ 26.943,40; Idem — verba 41-3-096 — n. do empenho 65 — Inst. Vital Brasil — .... Cr\$ 2.505,40; Idem — verba .... 41-3-096 — n. do empenho 64 — Biofarma Ltda. — Cr\$ 11.880,00; Idem — verba 41-3-096 — n. do empenho 63 — Farmácia Cat. S/A — Cr\$ 1.355,40; Idem — verba 41-3-096 — n. do empenho 62 — Idem — Cr\$ 9.647,60; Idem — verba 41-3-145 — n. do empenho 7 — Busch & Cia. Cr\$ 12.720,00.

Secretaria da Fazenda — Tesouro do Estado (Capital-sede): verba 55-0-014 — n. do empenho 11 — Newton da Luz Macuco — .... Cr\$ 600,00; Idem — verba 55-2-082 — n. do empenho 18 — Firma João Wendhausen — Laguna — .... Cr\$ 18.500,00; Idem — verba .... 55-2-082 — n. do empenho 19 — Ressel Morreto — Turvo — .... Cr\$ 7.600,00; Idem — verba .... 55-4-159 — n. do empenho 20 — Empório Rosa — Cr\$ 1.480,00; Idem — verba 55-3-100 — n. do empenho 46 — Gráfica 43 S/A — Cr\$ 6.834,00; Idem — verba .... 55-3-100 — n. do empenho 47 — Idem — Cr\$ 6.060,00. Tesouro do Estado (Coletorias — Interior): verba 56-4-197 — n. do empenho 9 — João Teotônio Livramento Carvalho — Lajes — Cr\$ 100,00. Serviço de Inspeção de Coletorias: verba 57-4-197 — n. do empenho 2 — Aero Club de Joaçaba — Cr\$ 2.700,00.



Secretaria da Segurança Pública — Delegacia da Ordem Política e Social — Seção de Fiscalização de Armas: verba 64-0-014 — n. do empenho 150 — Bernardino M. Amaro — Fisc. Armas — Itajaí — Cr\$ 1.980,00; Idem — verba 64-0-014 — n. do empenho 149 — Pedro de L. Ribas — Fisc. Armas — S. José — Cr\$ 1.980,00; Idem — verba 64-0-014 — n. do empenho 148 — João Pessoa Maciel — Fisc. Armas — S. José — Cr\$ 1.980,00; Idem — verba 64-0-014 — n. do empenho 146 — Waldir Martins Neves — F. Armas — Criciúma — Cr\$ 1.980,00; Idem — verba 64-0-014 — n. do empenho 145 — Sebastião Marthendal — F. Armas — Curitiba — Cr\$ 1.980,00; Idem — verba 64-0-014 — n. do empenho 143 — Luiz Santos Schê — F. Armas — Rio do Sul — Cr\$ 1.980,00; Idem — verba 64-0-014 — n. do empenho 142 — Eurachio F. de Carvalho — F. Armas — Joaçaba — Cr\$ 1.980,00; Idem — verba 64-0-014 — n. do empenho 141 — João Francisco Lajus — F. Armas — Tubarão — Cr\$ 1.980,00; Idem — verba 64-0-014 — n. do empenho 140 — Sebastião Ramos Schmidt — F. Armas — Lajes — Cr\$ 1.980,00; Idem — verba 64-0-014 — n. do empenho 139 — Telvino Scipioni — F. Armas — Joinville — Cr\$ 1.980,00; Idem — verba 64-0-014 — n. do empenho 138 — Amaro da Silva Pacheco — F. Armas — Blumenau — Cr\$ 1.980,00; Idem — verba 64-0-014 — n. do empenho 137 — Juvenal da Silva Pôrto — F. Armas — Caçador — Cr\$ 4.000,00; Idem — verba 64-0-014 — n. do empenho 136 — Iracy Rosa — Enc. do Serviço, resp. p/Fisc. Capital — Cr\$ 1.980,00; Idem — verba 64-3-099 — n. do empenho 11 — Alaide Ramos — Cr\$ 1.260,00. Polícia Militar: verba 71-4-197 — n. do empenho 51 — Transportadora Cresclumense Ltda. — Cr\$ 435,00.

Secretaria da Viação e Obras Públicas — Diretoria de Obras Públicas: verba 76-0-014 — n. do empenho 87 — Emílio Diglicomo — Motorista — Cr\$ 1.920,00; Idem — verba 76-0-014 — n. do empenho 86 — Otto H. Entres — Diretor — Cr\$ 4.800,00; Idem — verba 76-0-014 — n. do empenho 80 — Eng. Aleso Campos — Cr\$ 1.210,00. Idem — verba 76-3-115 — n. do empenho 137 — Emp. de Luz e Fôça de Fpolis. — Cr\$ 25,40.

Secretaria da Agricultura — Diretoria de Economia e Assistência ao Cooperativismo: verba 98-0-014 — n. do empenho 16 — Testino Carneiro da Cunha Melo — Colet. B1. — Cr\$ 1.050,00.

Registrou, também, os seguintes processos de empenhos:

Processo de empenho n. 263/56 — Verba 103/3/091 — n. do empenho 18 — Origem: Secretaria da Agricultura — Diretoria de Serviços Especiais. Importância: Cr\$ 12.989,60. Interessado: Importadora de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias Ltda. Despacho: A origem para que se digna justificar a ausência de concorrências de vez que a compra foi de valor superior a Cr\$ 10.000,00. T. C., 7/12/56. (Ass.) Nelson Heitor Stoeterau, juiz-semanário.

Processo de empenho n. 240/56 — verba 76-3-100 — ns. do empenho 41 e 42. Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas. Importância: Cr\$ 6.540,00 e Cr\$ 1.750,00, respectivamente. Interessados: Livraria e Pap. Record Ltda., e Gráfica 463 /A. Despacho: Aceito a justificação. Registre-se. T. C., 7/12/56. (Ass.) Nelson Heitor Stoeterau, juiz-semanário.

Registrou, ainda, os seguintes empenhos por adiantamento: Poder Judiciário — Secretaria e Cartório do Tribunal de Justiça:

verba 07-4-161 — n. do empenho 3 — Pery Bittencourt — Cr\$ 20.000,00; Idem — verba 07-4-163 — n. do empenho 2 Idem — Cr\$ 20.000,00; Idem — verba 07-0-014 — n. do empenho 2 — Idem — Cr\$ 20.000,00.

Registrou, também, os seguintes processos de empenhos por adiantamento:

Processo de empenho por adiantamento n. 85/56 — verba 76-4-186 — n. do empenho 32. Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas — Importância: Cr\$ 9,10. Responsável: Menotti Borges, enc. do Serviço de Esgoto de Lajes. Despacho: Preenchidas que foram as formalidades legais, exigidas pelo meu eminente colega Nereu Corrêa de Souza, autorizo o registro. T. C., 7/12/56. (Ass.) Nelson Heitor Stoeterau, juiz-semanário.

Processo de empenho por adiantamento n. 275/56 — verba 89-4-165 — n. do empenho 23 — Origem: Secretaria da Agricultura — Diretoria da Produção Vegetal. Importância: Cr\$ 50.000,00. Responsável: Agr. Osman Gomes dos Santos. Despacho: Em face da informação, autorizo o registro. A origem para que se digna esclarecer onde se encontram retidos as prestações de contas do responsável. T. C., 7/12/56. (Ass.) Nelson Heitor Stoeterau, juiz-semanário.

Processo de empenho por adiantamento n. 274/56 — verba 89-4-165 — n. do empenho 18. Origem: Secretaria da Agricultura — Diretoria da Produção Vegetal. Importância: Cr\$ 45.000,00. Responsável: Agr. Sady Ricardo dos Santos Filho. Despacho: Face a informação da D. R. C., autorizo o registro. O responsável deve esclarecer, entretanto, onde se encontram retidos as prestações de contas. T. C., 7/12/56. (Ass.) Nelson Heitor Stoeterau, juiz-semanário.

Processo de empenho por adiantamento n. 293/56 — verba 17-3-095 — n. do empenho 21. Origem: Secretaria do Interior e Justiça — Penitenciária. Importância: Cr\$ 6.000,00. Responsável: Wilton Martins da Silva. Despacho: Registre-se. T. C., 7/12/56. (Ass.) Nelson Heitor Stoeterau, juiz-semanário.

Processo de empenho por adiantamento n. 183/56 — verba 107-4-161 — n. do empenho 8 — Origem: Secretaria da Agricultura — Diretoria de Terras e Colonização. Importância: Cr\$ 4.000,00. Responsável: Maria de Lourdes R. Carvalho. Despacho: Registre-se. T. C., 7/12/56. (Ass.) Nelson Heitor Stoeterau, juiz-semanário.

Tribunal de Contas, em Florianópolis, 10 de dezembro de 1956.

Maria Teresa V. Vieira, secret. do juiz-semanário

Visto: Jonas Andriani, diretor-secretário.

Expediente do exmo. sr. juiz-semanário

Durante a semana de 3/12 a 8/12, o exmo. sr. juiz deste Tribunal de Contas, sr. Nereu Corrêa de Souza, registrou os seguintes empenhos:

Poder Legislativo — Secretaria da Assembleia Legislativa: verba 02-0-009 — n. do empenho 10 — Ângelo Silvestre Bez — Cr\$ 3.640,00; Idem — verba 02-0-014 — n. do empenho 11 — Idem — Cr\$ 4.000,00; Idem — verba 02-3-095 — n. do empenho 12 — Idem — Cr\$ 10.000,00; Idem — verba 02-3-100 — n. do empenho 10 — Idem — Cr\$ 47.008,00; Idem — verba 02-3-112 — n. do empenho 10 — Idem — Cr\$ 10.000,00.

Poder Executivo — Gabinete do Governador: verba 04-4-163 — n. do empenho 130 — Hotel Majestic — Cr\$ 5.000,00. Palácio do Governo: verba 05-2-082 — n. do empenho

22 — Móveis Cimo de Fpolis. S/A — Cr\$ 3.410,00. Poder Judiciário — Ministério Público: verba 11-2-082 — n. do empenho 2 — Indústria Móveis Guelmann do Paraná — Cr\$ 36.850,00.

Secretaria do Interior e Justiça — Gabinete do Secretário: verba 14-3-091 — n. do empenho 8 — Sebastião Pinto de Souza, motorista — Cr\$ 256,00; Idem — verba 14-3-095 — n. do empenho 20 — Idem — Cr\$ 278,00; Idem — verba 14-0-014 — n. do empenho 10 — Adolpho Zigelli — Of. de Gabinete Cr\$ 6.000,00; Idem — verba 14-3-091 — n. do empenho 9 — Casa Auto Peças — Ulysséa, Gen. til & Cia. Ltda. — Cr\$ 4.383,00; Idem verba 14-3-095 — n. do empenho 21 — Idem — Cr\$ 1.266,00; Idem — verba 14-4-197 — n. do empenho 4 — Adolpho Zigelli — Of. de Gabinete — Cr\$ 6.463,60. Diretoria do Interior e Justiça: verba 15-2-067 — n. do empenho 4 — Editora O Estado do Paraná S/A — Cr\$ 500,00; Idem verba 15-4-159 — n. do empenho 14 — Viúva Francisco Nappi — Cr\$ 1.047,00; Idem — verba 15-3-100 — n. do empenho 19 — Gráfica 43 S/A — Cr\$ 2.955,00; Idem — verba 15-3-100 — n. do empenho 18 — Jorge Emilio Grossberg Feiler — B. Catariense — Cr\$ 5.460,00; Idem — verba 15-3-100 — n. do empenho 20 — Gráfica 43 S/A — Cr\$ 2.465,00. CESPE — verba 16-4-197 — n. do empenho 8 — Esteliano Matias Souto — Co\$ 8.000,00; Idem — verba 16-1-027 — n. do empenho 27 — Idem — Cr\$ 3.200,00. Penitenciária: verba 17-4-197 — n. do empenho 4 — Emp. Santo Anjo da Guarda Ltda. — Cr\$ 667,00; Idem — verba 17-3-144 — n. do empenho 3 — G. A. Carvalho — Cr\$ 2.600,00; Idem — verba 17-3-118 — n. do empenho 6 — Meyer & Cia. — Cr\$ 216,00; Idem — verba 17-3-118 — n. do empenho 7 — Idem — Cr\$ 2.208,00; Idem — verba 17-3-100 — n. do empenho 26 — Tesouro do Estado — Cr\$ 140,00; Idem — verba 17-3-098 — n. do empenho 16 — Arnaldo Luz — Armazém do Povo — Cr\$ 10.500,00; Idem — verba 17-3-098 — n. do empenho 15 — Idem Cr\$ 3.600,00. Imprensa Oficial: verba 18-4-195 — n. do empenho 4 — Casa Fernando Ltda. — Cr\$ 7.200,00.

Secretaria de Educação e Cultura — Gabinete do Secretário: verba 21-4-194 — n. do empenho 11 — Carlos Hoepecke S/A — Cr\$ 16.541,40; Idem — verba 21-3-095 — n. do empenho 26 — Irmãos Amin — Cr\$ 70,00; Idem — verba 21-3-095 — n. do empenho 25 — Lídio Martinho Calado — Assessor Técnico — Cr\$ 881,00; Idem — verba 21-3-091 — n. do empenho 24 — Irmãos Amin — Cr\$ 1.800,00; Idem — verba 21-3-091 — n. do empenho 23 — Lídio M. Calado Cr\$ 1.268,00. Seção de Expediente: verba 22-4-182 — n. do empenho 50 — Elza M. Souza, pres. com. forma. C. N. R. H. Calado — Cr\$ 5.000,00; Idem — verba 22-4-182 — n. do empenho 45 — Congregação Missionária do Reino Maria-Lajes — Cr\$ 30.000,00; Idem — verba 22-4-182 — n. do empenho 47 — Salim Miguel — Cr\$ 8.333,00; Idem — verba 22-4-182 — n. do empenho 46 — Irmãos do Gin. N. S. Aparecida-Caçador — Cr\$ 25.000,00; Idem — verba 22-4-182 — n. do empenho 41 — Pe. Elias de C. Bordignon — vig. S. Bárbara A. G. Lajes — Cr\$ 20.000,00; Idem — verba 22-4-189 — n. do empenho 33 — Pereira Oliveira & Cia. — Cr\$ 29.150,00. Departamento de Educação: verba 24-1-031 — n. do empenho 2 — Motorista Mário Bachi — Cr\$ 600,00; Idem — verba 24-3-097 — n. do empenho 2

— Casa Brusque — Cr\$ 5.700,00; Idem — verba 24-3-097 — n. do empenho 3 — José M. da Silva — Cr\$ 2.560,00; Idem — verba 24-3-095 — n. do empenho 10 — Diret. de Obras Públicas — Cr\$ 8.000,00; Idem — verba 24-3-091 — n. do empenho 8 — Osvaldo Freitas-almojarife-DEB — Cr\$ 31,50. Idem — verba 24-4-195 — n. do empenho 1 — Machado & Cia. S/A — Cr\$ 4.920,00; Idem — verba 24-0-014 — n. do empenho 3 — Rubens Nazareno Neves — Cr\$ 3.000,00; Idem — verba 24-4-159 — n. do empenho 12 — Lux Hotel — Cr\$ 1.592,40. Serviço de Inspeção Escolar: verba 25-3-100 — n. do empenho 3 — Imprensa Oficial do Estado — Cr\$ 15.670,00. Inspeção de Educação Física: verba 26-4-195 — n. do empenho 2 — Érico Stratz Júnior-Insp. Ed. Física — Cr\$ 2.210,00; Idem — verba 26-4-161 — n. do empenho 4 — Idem — Cr\$ 407,50. Instituto de Educação e Col. Est. Dias Velho: verba 27-4-177 — n. do empenho 3 — Emp. Gráfica A Gazeta Ltda. — Cr\$ 1.000,00; Idem verba 27-4-177 — n. do empenho 2 — Diário da Tarde — Cr\$ 500,00; Idem — verba 27-3-100 — n. do empenho 2 — Gráfica Santa Catarina Ltda. — Cr\$ 10.000,00. Cursos normais regionais, cursos primários complementares, grupos escolares, escolas reunidas, escolas isoladas, e escolas supletivas: verba 33-0-013 — n. do empenho 26 — Prof. Jair Waltrick de Córdova-Campos Novos — Cr\$ 1.900,00; Idem — verba 33-0-013 — n. do empenho 22 — Prof. Nilo Borghesi, Del. Ensino-Blumenau — Cr\$ 1.406,00.

Secretaria da Saúde e Assistência Social — Abrigo de Menores-verba 23-3-144 — n. do empenho 7 — Irmão Urbano Máximo — diretor — Cr\$ 793,00; Idem — verba 23-4-194 — n. do empenho 23 — Idem — verba 23-3-145 — n. do empenho 8 — Idem — Cr\$ 3.110,00; Idem — verba 23-3-145 — n. do empenho 7 — Idem — Cr\$ 876,00; 23-3-100 — n. do empenho 20 — Tesouro do Estado — Cr\$ 350,00. Departamento de Saúde Pública — Hidrografia Sanitária: verba 37-1-034 — n. do Emp. 11 — Folha pago. trabalhadores do Serviço de Pequena Hidrografia Sanitária — Cr\$ 48.069,00; Idem — verba 37-4-186 — n. do empenho 14 — I.A.P.I. — Cr\$ 6.330,10; Idem verba 37-4-186 — n. do empenho 15 — I.A.P.E.T.C. — Cr\$ 250,70. Colônia Santa Teresa: verba 40-3-099 — n. do empenho 18 — Irmãos Souza — Cr\$ 16.800,00; Idem — verba 40-4-194 — n. empenho 5 — Carlos Hoepecke S/A — Cr\$ 10.071,00; Idem — verba 40-0-014 — n. do empenho 13 — Mário J. da Silveira-Administrador — Cr\$ 5.460,00. Hospital Nereu Ramos: verba 41-3-108 — n. do empenho 6 — Machado & Cia. S/A — Cr\$ 1.956,00; Idem — verba 41-3-107 — n. do empenho 4 — Comercial Eletro Médica Ltda. — Cr\$ 1.943,00; Idem — verba 41-3-118 — n. do empenho 4 — Carlos Hoepecke S/A — Cr\$ 4.057,00; Idem — verba 41-4-167 — n. do empenho 7 — Emp. de Luz e Fôça de Fpolis. — Cr\$ 2.339,40; Idem — verba 41-4-168 — n. do empenho 2 — Osny Ortega — Cr\$ 5.040,00; Idem — verba 41-3-108 — n. do empenho 4 — Importadora Médico Hospitalar Sul Ltda. — Cr\$ 7.567,50; Idem — verba 41-3-091 — n. do empenho 9 — C. Ramos S/A — Cr\$ 700,00; Idem — verba 41-3-096 — n. do empenho 42 — Laborerápica S/A — Cr\$ 9.440,00; Idem — verba 41-3-096 — n. do empenho 32 — Laboratório Silva Araújo Rousel — Cr\$ 7.748,70. Hospital Colônio Santana: Verba 45-3-146 — n. empenho 13 — Armazém do Povo Cr\$ 4.360,00.

Departamentos Autônomos —



Departamento Estadual de Estatística: verba 48-4-177 — n. do empenho 22 — Francisco Ferreira Porteiro Mecanógrafo — Cr\$ 1.500,00; Idem — verba 48-4-177 — n. do empenho 23 — Ubaldo Lima — Cr\$ 1.700,00; Idem — verba 48-3-118 — n. do empenho 8 — Carlos Hoepke S/A — Cr\$ 336,00; Idem — verba 48-3-100 — n. do empenho 46 — Haviaras & Cia. Ltda. — Cr\$ 300,00; Idem — verba 48-3-100 — n. do empenho 45 — Ind. de Tintas Verizes Cotomar Ltda. — Cr\$ 7.860,10; Idem — verba 48-0-008 — n. do empenho 12 — Francisco Ferreira — Cr\$ 296,00; Idem — verba 48-4-197 — n. do empenho 4 — Syriaco T. Atherino & Irmão — Cr\$ 4.098,80; Idem — verba 48-4-197 — n. do empenho 5 — Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Ltda. — Cr\$ 4.666,40; Idem — verba 48-3-100 — n. do empenho 47 — Tesouro do Estado — Cr\$ 210,00; Idem — verba 48-3-100 — n. do empenho 44 — Carlos Hoepke S/A — Cr\$ 232,00. Departamento Estadual de Geografia e Cartografia: verba 49-2-054 — n. do empenho 8 — Casa Franco S/A — S.P. — Cr\$ 345,00; Idem — verba 49-1-031 — n. do empenho 18 — Júlio Minervino de Azevedo. Motorista do D. E. G. C. — Cr\$ 1.440,00; Idem 49-4-152 — n. do empenho 3 — Lex Ltda. — S. Paulo — Cr\$ 40,00; Idem — verba 49-1-035 — n. do empenho 15 — Carlos Büchele Júnior-diretor — Cr\$ 40,00; Idem — verba 49-2-067 — n. do empenho 7 — Idem — Cr\$ 50,00; Idem — verba 49-0-014 — n. do empenho 45 — Artur Ulbricht-Topógrafo — Cr\$ 3.960,00; Idem — verba 49-4-167 — n. do empenho 13 — Emp. de Luz Força de Fpolis. S.A. — Cr\$ 145,00; Idem — verba 49-0-014 — n. do empenho 46 — Mário João Martins — Cr\$ 3.800,00; Idem — verba 49-1-031 — n. do empenho 19 — Oscar Albino da Silva — Cr\$ 3.300,00.

Secretaria da Fazenda — Encargos Gerais do Estado: verba 51-4-230 — n. do empenho 99 — Comp. Telefônica Cat. — Cr\$ 1.163,50; Idem — verba 51-4-230 — n. do empenho 98 — Luiz da Silva — Cr\$ 14.598,50; Idem — verba 51-4-230 — n. do empenho 100 — Abelardo Batista da Silva — Cr\$ 11.200,00. Gabinete do Secretário: verba 52-3-095 — n. do empenho 24 — José Baiao — Cr\$ 3.364,00. Seção de Expediente: verba 53-4-167 — n. do empenho 11 — Emp. de Luz e Força de Fpolis. S.A. — Cr\$ 44,50; Idem — verba 53-3-100 — n. do empenho 21 — Imprensa Oficial do Estado — Cr\$ 965,00; Idem — verba 53-0-031 — n. do empenho 12 — Waldir Espindola — Cr\$ 1.920,00; Idem — verba 53-1-031 — n. do empenho 11 — Mário Gomes Caldeira — Cr\$ 2.160,00. Tesouro do Estado (Coletorias-Interior): verba 56-0-013 — n. do empenho 44 — Juvenal Pereira Filho-Indaial — Cr\$ 11.220,00. Junta Comercial: verba 60-3-100 — n. do empenho 5 — Machado & Cia. S/A — Cr\$ 2.100,00; Idem — verba 60-4-167 — n. do empenho 2 — Emp. de Luz e Força de Fpolis. — Cr\$ 484,60; Idem — verba 60-2-082 — n. do empenho 1 — Casa Fernando Ltda. — Cr\$ 5.500,00; Idem — verba 60-4-161 — n. do empenho 1 — Cia. Telefônica Cat. — Cr\$ 1.081,20; Idem — verba 60-3-113 — n. do empenho 2 — João Flôres — Cr\$ 1.500,00.

Secretaria da Segurança Pública — Seção de Expediente: verba 63-3-103 — n. do empenho 9 — Lourival Bruno — Cr\$ 900,00; Idem — verba 63-4-160 — n. do empenho 478 — Waldemiro Borini — Cr\$ 4.720,00. Delegacia da Ordem Política e Social — Seção de Fiscalização de Armas: verba 64-0-014 — n. do empenho 132 — Amândio Schüller, chefe da

SOPS — Cr\$ 11.000,00; Idem — verba 64-0-014 — n. do empenho 133 — Antônio Gomes de Miranda — Cr\$ 4.000,00; Idem — verba 64-0-014 — n. do empenho 134 — Otávio Cruz escrivão — Cr\$ 3.600,00; Idem — verba 64-0-014 — n. do empenho 135 — Osvaldo Cristiano Wiethorn, escrivão — Cr\$ 3.600,00. Instituto de Identificação e Médico Legal: verba 65-3-100 — n. do empenho 19 — Imp. Oficial do Estado — Cr\$ 4.310,00. Inspetoria de Veículos e Trânsito Público: verba 66-0-014 — n. do empenho 14 — Darcy Schmidt — Cr\$ 3.600,00; Idem — verba 66-3-102 — n. do empenho 1 — Foto Studio — Cr\$ 4.320,00; Idem — verba 66-4-194 — n. do empenho 5 — Ulysséa, Gentil & Cia. Ltda. — Cr\$ 3.728,00. Serviço de Registro de Estrangeiros: verba 67-3-100 — n. do empenho 8 — Gráfica 43 S/A — Cr\$ 1.055,00; Idem — verba 67-2-082 — n. do empenho 3; Idem — Cr\$ 1.660,00; Idem — verba 67-4-161 — n. do empenho 6 — Cia. Telefônica Cat. — Cr\$ 270,30. Delegacias Regionais: verba 68-0-014 — n. do empenho 25 — Nazaré Comissão-escrivão Delegacia — Cr\$ 240,00; Idem — verba 68-4-167 — n. do empenho 37 — Emp. de Luz e Força S. C. S/A — Cr\$ 91,80; Idem — verba 68-4-167 — n. do empenho 36 — Idem — Fpolis. — Cr\$ 100,50; Idem — verba 68-3-095 — n. do empenho 56 — Diret. de Obras Públicas — Cr\$ 35.925,80; Idem — verba 68-0-014 — n. do empenho 24 — Cel. Trogílio A. de Melo-Deleg. Reg. — Cr\$ 2.700,00. Cadeias: verba 70-3-118 — n. do empenho 7 — Emp. Força e Luz S.C. — Brusque — Cr\$ 15,00; Idem — verba 70-4-167 — n. do empenho 24 — Emp. de Luz e Força de Fpolis. — Cr\$ 32,10; Idem — verba 70-4-167 — n. do empenho 25 — Idem — Brusque — Cr\$ 253,20.

Secretaria de Vição e Obras Públicas — Gabinete do Secretário: verba 73-3-095 — n. do empenho 26 — Newton José Garcez — porteiro e pagador — Cr\$ 2.125,50. Diretoria da Vição e Obras Públicas: verba 74-4-194 — n. do empenho 5 — Newton José Garcez — Cr\$ 80,00; Idem — verba 74-2-067 — n. do empenho 9 — Livraria Anita Garibaldi Ltda. — Cr\$ 380,00; Idem — verba 74-3-100 — n. do empenho 22 — Norbrasil Ltda. — Cr\$ 3.975,00.

Secretaria da Agricultura — Diretoria de Administração: verba 79-3-091 — n. do empenho 9 — Godoy Antônio Susin — Of. de gab. — Cor\$ 170,00; Idem — verba 79-3-095 — n. do empenho 13 — Idem — Cr\$ 1.822,00; Idem — verba 79-4-161 — n. do empenho 11 — Cia. Telefônica Cat. — Cr\$ 2.332,00. Diretoria da Produção Animal: verba 83-3-091 — n. do empenho 32 — Oliveira Filho S.A. — Cr\$ 3.105,00; Idem — verba 83-2-078 — n. do empenho 2 — Casa Fernando Ltda. — Cr\$ 900,00; Idem — verba 83-1-031 — n. do empenho 55 — Teodorico P. Fernandes médico vet. — Cr\$ 4.400,00; Idem — verba 83-1-031 — n. do empenho 56 — Antônio Claudino dos Santos aux. agr. — Cr\$ 600,00; Idem — verba 83-0-014 — n. do empenho 23 — Agr. Guy H. R. da Fonseca — Rio do Sul — Cr\$ 1.980,00; Idem — verba 83-0-014 — n. do empenho 24 — Agr. Clóvis da Costa Ribeiro — Cr\$ 5.500,00; Idem — verba 83-0-014 — n. do empenho 25 — Agr. Afonso Maximiliano Ribeiro — Cr\$ 3.540,00; Idem — verba 83-4-197 — n. do empenho 15 — Syriaco T. Atherino & Irmão — Cr\$ 1.639,50; Idem — verba 83-0-014 — n. do empenho 22 — Agr. Lauro Fortes Bustamante, diretor — Cr\$ 2.700,00; Idem — verba 83-3-100 — n. do empenho

25 — Liv. Moderna — Cr\$ 620,00; Idem — verba 83-2-069 — n. do empenho 17 — Arnaldo Luz — Cr\$ 2.352,00. Serviço do Fomento da Produção Animal: verba 84-1-034 — n. do empenho 13 — Oscar Nazareth Capela — Cr\$ 3.000,00; Idem — verba 84-1-025 — n. do empenho 10 — Idem — Cr\$ 3.000,00. Diretoria da Produção Vegetal: verba 88-0-014 — n. do empenho 23 — Wilson de Queiroz Guerreiro — Cr\$ 1.100,00. Centro de Preparação Agrícola Vidal Ramos Canoínas: verba 92-1-031 — n. do empenho 1 — Agr. Roldão de Castro Câmara — Cr\$ 13.000,00. Diretoria de Economia e Assistência ao Cooperativismo: verba 98-0-014 — n. do empenho 15 — Isaías Domingo da Silva — Cr\$ 480,00; Idem — verba 98-4-161 — n. do empenho 2 — Cia. Telefônica Catarinense — Cr\$ 1.774,60.

Registrou, também, os seguintes processos de empenhos: Processo de empenho n. 251/57 — verba 54-2-078 — n. do empenho 1 — Origem: Secretaria da Fazenda — Contadoria Geral do Estado. Importância: Cr\$ 5.260,00. Interessado: Remington Rand do Brasil. Despacho: A origem para esclarecer a falta de concorrência administrativa, conforme determina o C. C. P. E. T. C., 6/12/56. (Ass.) Nereu Corrêa de Souza, juiz-semanário.

Processo de empenho n. 254/56 — verba 89-4-165 — n. do empenho 24 — Origem: Secretaria da Agricultura — Diretoria da Produção Vegetal. Importância: Cr\$ 27.746,00. Interessado: Wandick T. da Silva. Despacho: A origem, para esclarecer a falta de concorrência administrativa, conforme determina o C. C. P. E. T. C., 6/12/56. (Ass.) Nereu Corrêa de Souza, juiz-semanário.

Processo de empenho n. 255/56 — verba 33-2-078 — n. do empenho 2 — Origem: Secretaria de Educação e Cultura. Importância: Cr\$ 27.500,00. Interessado: Nelson Vieira do Amaral — Com. e Ind. Despacho: Baixar em diligência, para que a origem esclareça a razão por que não foi feita concorrência administrativa, consoante o C. C. P. E., ou, mesmo, se, quer, um simples tomada de preços. T. C., 6/12/56. (Ass.) Nereu Corrêa de Souza, juiz-semanário.

Processo de empenho n. 225/56 — verba 40-3-097 — n. do empenho 1 — Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social — Colônia Santa Teresa. Interessado: A. Capital, de Oscar Cardoso S/A. Importância: Cr\$ 11.250,00. Despacho: Registre-se. T. C., 5/12/56. (Ass.) Nereu Corrêa de Souza, juiz-semanário.

Processo de empenho n. 238/56 — verba 33-2-082 — n. do empenho 33 — Origem: Secretaria de Educação e Cultura. Interessado: Waldomiro Ceron. Importância: Cr\$ 16.040,80. Despacho: Registre-se. T. C., 4/12/56. (Ass.) Nereu Corrêa de Souza, juiz-semanário.

Processo de empenho n. 235/56 — verba 17-3-117 — n. do empenho 16 — Origem: Secretaria do Interior e Justiça — Penitenciária. Importância: Cr\$ 9.390,00. Interessado: Arnaldo Luz. Despacho: Registre-se. T. C., 4/12/56. (Ass.) Nereu Corrêa de Souza, juiz-semanário.

Processo de empenho n. 237/56 — verba 17-3-113 — n. do empenho 17 — Origem: Secretaria do Interior e Justiça — Penitenciária. Importância: Cr\$ 24.780,00. Interessado: Julieta F. Vieira. Despacho: Registre-se. T. C., 4/12/56. (Ass.) Nereu Corrêa de Souza, juiz-semanário.

Registrou, ainda, os seguintes empenhos por adiantamento: Poder Executivo — Gabinete do Governador verba 04-4-163 — n. do empenho 134 — Fernando F.

Eastos — Cr\$ 17.000,00; Idem — verba 04-4-163 — n. do empenho 133 — Achylles Atherino — Cr\$ 45.000,00; Idem — verba 04-4-153 — n. do empenho 47 — Antônio Athanásio — Cr\$ 39.000,00; Idem — verba 04-4-163 — n. do empenho 23 — Ilah Pires Barbosa — Cr\$ 20.000,00; Idem — verba 04-4-163 — n. do empenho 132 — Antônio Athanásio — Cr\$ 45.000,00.

Secretaria da Educação e Cultura — Seção de Expediente: verba 22-4-182 — n. do empenho 49 — George Agostinho da Silva — Cr\$ 16.000,00. Departamento de Educação: verba 24-1-031 — n. do empenho 3 — Germano J. Teodósio — Cr\$ 840,00.

Secretaria da Fazenda — Tesouro do Estado (Capital-sede): verba 55-4-159 — n. do empenho 19 — Osmar de Oliveira — Cr\$ 10.000,00.

Secretaria da Agricultura — Diretoria da Produção Vegetal: verba 88-3-095 — n. do empenho 16 — Milciades M. Sá F. de Souza — Cr\$ 15.192,20. Centro de Preparação Agrícola Vidal Ramos — Canoínas: verba 92-3-095 — n. do empenho 7 — Roldão de C. B. Câmara — Cr\$ 20.411,00.

Registrou, ainda, os seguintes processos de empenhos por adiantamento:

Processo de empenho por adiantamento n. 266/56 — verba 89-4-165 — n. do empenho 25. Origem: Secretaria da Agricultura — Diretoria da Produção Vegetal. Importância: Cr\$ 40.000,00. Responsável: Laerte Spindola Lisboa. Despacho: Sobrestar o processo até que sejam cumpridas as determinações do C. C. P. E., no que concerne às prestações de contas. T. C., 3/12/56. (Ass.) Nereu Corrêa de Souza, juiz-semanário.

Processo de empenho por adiantamento n. 265/56 — verba 93-3-095 — n. do empenho 6. Origem: Secretaria da Agricultura — Diretoria da Produção Animal. Importância: Cr\$ 14.957,80. Responsável: Agr. Milciades Mário Sá Freire de Souza. Despacho: Sobrestar o processo, até que seja feita a prestação de contas do primeiro adiantamento, em conformidade com as disposições do C. C. P. E. T. C., 3/12/56. (Ass.) Nereu Corrêa de Souza, juiz-semanário.

Processo de empenho por adiantamento n. 228/56 — verba 04-4-161 — n. do empenho 22. Origem: Palácio do Governo. Importância: Cr\$ 10.000,00. Responsável: Ilah Pires Barbosa. Despacho: Registre-se. T. C., 3/12/56. (Ass.) Nereu Corrêa de Souza, juiz-semanário.

Processo de empenho por adiantamento n. 267/56 — verba 89-4-165 — n. do empenho 26. Origem: Secretaria da Agricultura — Diretoria da Produção Vegetal. Importância: Cr\$ 30.000,00. Responsável: Agr. Sady Ricardo dos Santos Filho. Despacho: Sobrestar o processo, até que sejam cumpridas as disposições do C. C. P. E., na parte referente a prestação de contas. T. C., 3/12/56. (Ass.) Nereu Corrêa de Souza, juiz-semanário.

Processo de empenho por adiantamento n. 243/56 — verba 17-4-182 — n. do empenho 13. Origem: Secretaria do Interior e Justiça — Penitenciária. Importância: Cr\$ 24.645,00. Responsável: Wilton Martins da Silva. Despacho: Sobrestar, até que sejam cumpridas as disposições do C. C. P. E., referente às prestações de contas. T. C., 3/12/56. (Ass.) Nereu Corrêa de Souza, juiz-semanário.

Processo de empenho por adiantamento n. 283/56 — verba 76-2-069 — n. do empenho 135. Origem: Secretaria da Vição e



Obras Públicas — Diretoria de Obras Públicas. Responsável: Arnaldo A. da Luz. Importância: Cr\$ 50.000,00. Despacho: Sustar o processo, até que sejam cumpridas pelo interessado as disposições do C. C. P. E., relativamente às prestações de contas. T. C., 5/12/56. (Ass.) Nereu Corrêa de Souza, juiz-sematário.

Processo de empenho por adiantamento n. 291/56 — verba 74-4-161 — n. do empenho 17. Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas. Importância: Cr\$ 5.000,00. Responsável: João Batista dos Santos Filho, servente. Despacho: Sobrestar, até que seja registrada a suplementação neste Tribunal. T. C., 7/12/56. (Ass.) Nereu Corrêa de Souza, juiz-sematário.

Processo de empenho por adiantamento n. 285/56 — verba 24-4-161 — n. do empenho 12. Origem: Secretaria da Educação e Cultura — Diretoria de Administração. Importância: Cr\$ 5.000,00.

Responsável: Porteiro Cantídio Ernesto de Souza. Despacho: Sobrestar o processo até que o interessado satisfaça as exigências do C. C. P. E., na parte referente a prestação de contas. T. C., 6/12/56. (Ass.) Nereu Corrêa de Souza, juiz-sematário.

Processo de empenho por adiantamento n. 289/56 — verba 76-3-115 — n. do empenho 134. Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas — Diretoria de Obras Públicas. Importância: Cr\$ 33.831,90. Responsável: Arnaldo A. da Luz. Despacho: Registre-se, devendo a despesa ser oportunamente escriturada no Balanço Patrimonial do Estado. T. C., 7/12/56. (Ass.) Nereu Corrêa de Souza, juiz-sematário.

Tribunal de Contas, em Florianópolis, 10 de dezembro de 1956. M. Teresa V. Vieira, secretária do juiz-sematário. Visto: Jonas Andriani, diretor-secretário.

## COMISSÃO DE ESTUDOS DOS SERVIÇOS PUBLICOS ESTADUAIS

Resumo do termo de contrato entre o Estado e o sr. Flávio Inácio Zorthea, em 12-7-57

Representante do Estado no ato — Dr. Dante De Patta, presidente da Cespe.

Nome do contratado — Flávio Inácio Zorthea.

Nacionalidade — Brasileira. Função — Fiscal do Plano de Obras e Equipamentos — Setor da Agricultura.

Repartição — Secretaria Geral do Plano de Obras e Equipamentos.

Remuneração — Cr\$ 11.200,00 (mensais).

Verba — n. 17-4-230.

Duração — 2 anos.

Vigência — 15-3-57.

PARECER N. 201/57

Clovis da Costa Ribeiro, ocupante do cargo da classe C-29 da carreira de Agrônomo, requer lhe seja concedida gratificação adicional por tempo de serviço.

2. Expõem as informações do processo que o requerente completou, em data de 22-2-55, o interstício exigido pela lei n. 281, de 27-7-49 para a concessão do benefício pleiteado.

É, por conseguinte, de se lhe conceder a gratificação requerida, que será calculada na base de 3% sobre seus vencimentos — Cr\$ 13.700,00, ou seja Cr\$ 411,00 mensais.

3. A importância relativa aos exercícios 1955/1956 num total de Cr\$ 2.878,40, deverá ser relacionada para oportuno pagamento por crédito próprio.

Pelo deferimento. S. S., em 19 de fevereiro de 1957. Dante De Patta, presidente. Hamilton J. Hildebrand, relator. Moacyr de Oliveira Alcides H. Ferreira De acordo. (ass.) Jorge Lacerda

PARECER N. 202/57

Luiz Schramm, ocupante do cargo de Escrivão do Crime, da comarca de Blumenau, requer lhe seja concedida gratificação adicional por tempo de serviço de acordo com a lei n. 281 de 27-7-49.

2. Nos termos das informações de fls. 2 v. o requerente conta com 13 anos, 4 meses e 2 dias de efetivo exercício, não lhe cabendo por isso mesmo direito a gratificação pleiteada.

3. Pelo indeferimento.

S. S., em 19 de fevereiro de 1957. Dante De Patta, presidente. Hamilton J. Hildebrand, relator. Alcides H. Ferreira Moacyr de Oliveira De acordo. (ass.) Jorge Lacerda

PARECER N. 203/57

Venina Leopoldina Lessa, ocupante efetiva da função de Professor Complementarista, referência VII, requer lhe seja concedida gratificação adicional por tempo de serviço.

2. Expõem as informações do processo que a requerente completou, em data de 11-8-56, o interstício exigido pela lei n. 281, de 27-7-49, para a concessão do benefício pleiteado.

É, por conseguinte, de se lhe conceder a gratificação requerida, que será calculada na base de 4% sobre seus vencimentos — Cr\$ 2.400,00 — ou seja Cr\$ 96,00 mensais.

3. A importância relativa ao exercício de 1956, num total de Cr\$ 335,00, deverá ser relacionada para oportuno pagamento por crédito próprio.

Pelo deferimento. S. S., em 19 de fevereiro de 1957. Dante De Patta, presidente. Hamilton J. Hildebrand, relator. Moacyr de Oliveira Alcides H. Ferreira De acordo. (ass.) Jorge Lacerda

PARECER N. 204/57

Paulo Grossebach, ocupante do cargo de Fiscal da Fazenda, requer lhe seja concedida gratificação adicional por tempo de serviço.

2. Expõem as informações do processo que o requerente completou, em data de 1-10-53, o interstício exigido pela lei n. 281, de 27-7-49, para a concessão do benefício pleiteado.

É, por conseguinte, de se lhe conceder a gratificação requerida, que será calculada na base de 3% sobre seus vencimentos — Cr\$ 8.500,00 — ou seja Cr\$ 255,00 mensais.

3. A importância relativa aos exercícios de 1953/1956, num total de Cr\$ 4.197,00, deverá ser relacionada para oportuno pagamento por crédito próprio.

4. Pelo deferimento.

S. S., em 19 de fevereiro de 1957. Dante De Patta, presidente. Hamilton J. Hildebrand, relator. Alcides H. Ferreira Moacyr de Oliveira De acordo. (ass.) Jorge Lacerda

PARECER N. 205/57

Lindomar Martinelli Machado, ocupante do cargo da classe C-8 da carreira do Professor Normalista, requer lhe seja concedida gratificação adicional por tempo de serviço.

2. Expõem as informações do processo que o requerente completou, em data de 23-5-56, o interstício exigido pela lei n. 281, de 27-7-49, para a concessão do benefício pleiteado.

É, por conseguinte, de se lhe conceder a gratificação requerida, que será calculada na base de 3% sobre seus vencimentos — Cr\$ 4.000,00 — seja Cr\$ 120,00, mensais.

3. A importância relativa ao exercício de 1956 num total de Cr\$ 715,30, deverá ser relacionada para oportuno pagamento por crédito próprio.

Pelo deferimento. S. S., em 19 de fevereiro de 1957. Dante De Patta, presidente. Hamilton J. Hildebrand, relator. Alcides H. Ferreira Moacyr de Oliveira De acordo. (ass.) Jorge Lacerda

PARECER N. 206/57

José Nicolau Schneider, ocupante da função de Professor Complementarista, referência VII, efetivado, com exercício na escola estadual mista de Barra Grande distrito de Vargedo, do município de Nova Trento, requer seis (6) meses de licença-prêmio a que se julga com direito.

2. Ante a informação do Expediente desta Comissão à fls. 5v., o requerente tem direito ao que pede, referente ao período compreendido entre 18-9-46 e 18-9-56.

3. Pelo deferimento, de acordo com o art. 148, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954, combinado com o art. 24, da lei 1.629, de 22 de dezembro de 1956.

S. S., em 19 de fevereiro de 1957. Dante De Patta, presidente e relator.

Hamilton J. Hildebrand Moacyr de Oliveira Alcides H. Ferreira De acordo. (ass.) Jorge Lacerda

PARECER N. 207/57

Requer Osmar Duarte Silva, Encarregado de Serviço, referência XII, com exercício na Secretaria de Educação e Cultura, concessão de licença-prêmio.

2. Tratando-se de extranumerário efetivado, e à vista dos informes nos autos, bem como no disposto do art. 148, da lei n. 198, de 18-12-54, cabe-lhe direito à vantagem pleiteada, relativamente ao decênio 13-3-39 a 13-3-49.

3. Pelo deferimento. S. S., em 19 de fevereiro de 1957. Dante De Patta, presidente. Moacyr de Oliveira relator. Hamilton J. Hildebrand Alcides H. Ferreira De acordo. (ass.) Jorge Lacerda

PARECER N. 208/57

Requer Lucina Lazzaris Fernandes, Enfermeiro Visitador, classe I, do Quadro Único do Estado, concessão de licença-prêmio.

2. A vista de sua ficha funcional, e no disposto do art. 148, da lei n. 198, de 18-12-54, combinado com o art. 24, da lei 1.629, de 22-12-56, tem direito à vantagem pleiteada, relativamente ao decênio 3-11-44 a 3-11-54.

S. S., em 19 de fevereiro de 1957. Dante De Patta, presidente. Moacyr de Oliveira, relator. Hamilton J. Hildebrand Alcides H. Ferreira De acordo. (ass.) Jorge Lacerda

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

COMERCIO E INDUSTRIA H. JORDAN S. A.

Ata da assembleia geral extraordinária

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de maio de mil novecentos e cinquenta e sete, nesta cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, no escritório da sociedade, à Praça Hercílio Luz, n. 42, pelas 10 (dez) horas do dia, reuniram-se em assembleia geral extraordinária os acionistas da referida sociedade, representando mais de dois terços do capital social, conforme se verifica pelas assinaturas lançadas no "livro de presença", depois de devidamente comprovada a qualidade de acionista de cada um dos presentes. Assumiu a presidência o diretor-presidente, sr. Hans Jordan, que convidou para secretário a mim, Sylvester Otto Ludwig Neermann, ficando assim constituída a mesa. Verificando haver número legal de acionistas e de ações, para que a assembleia pudesse deliberar válidamente, o sr. presidente declarou aberta a sessão, mandando que eu, secretário, procedesse a leitura do edital de convocação da presente assembleia, publicado por 3 (três) vezes no "Diário Oficial" do Estado de Santa Catarina, edições ns. 5.850, 5.851 e 5.852, de, respectivamente, 8, 9 e 10 de maio de 1957, bem como no jornal "A Notícia", edições ns. 7.128, 7.129 e 7.130, de, respectivamente, 7, 8 e 9 de maio de 1957, e de cujo edital consta a seguinte ordem do dia: 1º — Alteração dos estatutos sociais; 2º — outros assuntos de interesse social. Passando ao primeiro item da ordem do dia, o sr. presidente pediu a mim, secretário, que procedesse a leitura da proposta da diretoria sobre diversas alterações de artigos dos estatutos sociais, bem como do parecer do conselho

fiscal, cujos documentos se achavam sobre a mesa e que passo a transcrever: Proposta da diretoria: Senhores acionistas. Permitimo-nos submeter à sua apreciação e aprovação as seguintes alterações de artigos de nossos estatutos sociais, que julgamos convenientes e necessários: 1º — O artigo 13 terá a seguinte redação: Art. 13 — Compete ao diretor-presidente, ao diretor-superintendente e ao diretor-comercial, em conjunto ou isoladamente, indistintamente: a) representar a sociedade em juízo ou fora dele, ativa e passivamente e nas suas relações com terceiros, constituindo procuradores judiciais e extra-judiciais; b) assinar escrituras de alienação de bens da sociedade, quando autorizadas essas operações pela assembleia geral. 2º — O artigo 16 terá a seguinte redação: Art. 16 — A assembleia geral será ordinária e extraordinária. A primeira realizar-se-á até o dia 30 de abril de cada ano, e a segunda sempre que houver conveniência e nos casos previstos em lei, podendo ser convocada pela diretoria, pelo conselho fiscal ou pelos acionistas em número legal. 3º — O artigo 21 terá a seguinte redação: Art. 21 — As assembleias gerais serão presididas pelo diretor-presidente, e no impedimento deste, pelo diretor-superintendente, e no impedimento deste, pelo diretor-comercial, e no impedimento deste, pelo acionista que for eleito ou aclamado na ocasião. A mesa dos trabalhos será constituída pelo presidente e por um secretário, de nomeação do presidente. Certos de que esta proposta merecerá a devida atenção, antecipamos-lhes os nossos agradecimentos. Joinville, 30 de abril de 1957. Hans Jordan, diretor-presidente. Otto Jordan Sobrinho, diretor-superintendente. Felinto Jordan, diretor-comercial. Pa-



recer do conselho fiscal: Aos 20 dias do mês de maio do ano de 1957, às 10 horas do dia, em a firma "Comércio e Indústria H. Jordan S. A.", à Praça Hercílio Luz, n. 42, nesta cidade de Joinville, Santa Catarina, reuniram-se os abaixo-assinados, membros efetivos do conselho fiscal da referida sociedade, a fim de emitirem parecer sobre uma proposta da diretoria para alteração de diversos artigos dos estatutos sociais da sociedade. Cientes e concordes com os motivos que determinaram a referida proposta e verificada a conveniência e necessidade das alterações propostas, o conselho foi de parecer que a citada proposta deve ser aprovada pelos senhores acionistas, em a assembleia geral extraordinária, convocada para cuidar do assunto. Abílio Gonçalves, Hans Lange, Arnoldo Luz. Após a leitura, o sr. presidente pôs estes documentos em discussão. Com a palavra o acionista sr. Leopoldo Behnke, propôs que, além dos artigos constantes da proposta da diretoria, fosse também alterado o artigo 33 para a seguinte redação: Art. 33 — O saldo então apurado, feitas as deduções referidas no artigo 32, inclusive as de provisões, fundos de reserva e outros fundos que forem julgados convenientes, e mais as de gratificações a diretores, percentagens e gratificações a empregados, será distribuído como dividendo aos acionistas". Postas em discussão ambas as propostas, foram as mesmas aprovadas por unanimidade, ficando, portanto os artigos ns. 13, 16 e 21 a vigorar conforme a proposta da diretoria, e o artigo n. 33 conforme a proposta do sr. Leopoldo Behnke. Passando ao 2º item da ordem do dia, o acionista dr. David Ernesto de Oliveira com a palavra propõe que, considerando o crescente aumento do custo de vida, encara como medida justa que se impõe um reajuste dos vencimentos dos diretores, para o que propõe fiquem os atuais vencimentos majorados em 50% (cinquenta por cento) a partir de 1º de maio deste ano. Submetida a proposta à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade abstendo-se de votar os diretamente interessados. Nada mais havendo a tratar, e como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, o sr. presidente, após agradecer a presença dos srs. acionistas, deu por encerrada a sessão, lavrando-se a presente ata que, depois de lida, conferida e achada conforme, foi aprovada e vai assinada pela mesa e por todos os acionistas presentes. Eu, Sylvester Otto Ludwig Neermann, a fiz, escrevi e assino. Seguem-se as assinaturas de: Hans Jordan, diretor-presidente. Otto Jordan Sobrinho, diretor-superintendente. Felinto Jordan, diretor-comercial. Leopoldo Behnke, Gustavo Otto Christiano Gerken, David Ernesto de Oliveira e Sylvester Otto Ludwig Neermann. Confere a presente cópia com o original da ata lançada às páginas ns. 91, 92, 93 e 94, do livro de atas das assembleias gerais de Comércio e Indústria H. Jordan S. A., tendo as assinaturas sido reconhecidas pelo cartório Darcy Schroeder Oubas em 3 de junho de 1957. Sylvester Otto Ludwig Neermann, secretário.

N. 10.004 — Conferida e arquivada por despacho da Junta Comercial em sessão de hoje. Pagou na primeira via Cr\$ 21,50 de selos federais para arquivamento.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 6 de junho de 1957.

O secretário: Eduardo Nicolich.

(2478)

#### OSCAR ZWICKER S/A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### Ata da assembleia geral ordinária

Aos trinta dias do mês de março de um mil novecentos e cinquenta e sete (1957), às nove (9) horas, presentes os acionistas, representando mais de dois terços (2/3) do capital social, conforme se verifica no livro presença de acionistas, reuniram-se em assembleia geral ordinária, na sede social em Trombudo Alto, atendendo a convocação feita pelo "Diário

Oficial" do Estado, em suas edições ns. 5.808, 5.809 e 5.810, assumiu a presidência dos trabalhos o diretor-presidente, sr. Oscar Zwicker que a mim convidou, Maria Theresinha Silva, para servir de secretária declarando, o mesmo, legalmente instalada a assembleia. Determinando em seguida o diretor-presidente fosse lido o edital de convocação publicado no "Diário Oficial", nas edições acima citadas, cujos exemplares encontram-se sobre a mesa, que é do seguinte teor: Oscar Zwicker S/A. Indústria e Comércio. Assembleia geral ordinária. Convocação. Convidamos os senhores acionistas da sociedade anônima Oscar Zwicker S. A. Indústria e Comércio, a se reunirem em assembleia geral ordinária no dia 30 de março de 1957, às 9 (nove) horas, na sede social, em Trombudo Alto, município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1º — Leitura, discussão e votação do relatório da diretoria, balanço geral, conta de lucros e perdas e parecer do conselho fiscal, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 1956; 2º — eleição do conselho fiscal e seus suplentes; 3º — assuntos de interesse social. Trombudo Alto, 31 de janeiro de 1957. Oscar Zwicker, diretor-presidente. Em seguida o sr. diretor-presidente, apresentou o relatório da diretoria, o balanço geral encerrado em 31 de dezembro de 1956, e o parecer do conselho fiscal, os quais submetidos à votação foram aprovados por unanimidade de votos, observadas as abstenções legais. Idêntica aprovação teve a conta de lucros e perdas. Prosseguindo, ao segundo ponto da ordem do dia, declarou o senhor presidente que se deveria proceder a eleição do conselho fiscal, em virtude do término do mandato do atual conselho e suplentes, para o corrente exercício. Pediu em seguida, a palavra o acionista Raymundo Zwicker, tendo proposto fosse reeleitos o atual conselho fiscal e respectivos suplentes, ou seja Oscar Zuluhan, Rodolfo Bublitz, Guilherme Paupitz e suplentes Otto Demarchi, Carlos Heinert e Oscar Doering, o que foi aprovado por todos os acionistas presentes. Em seguida o sr. presidente, pôs em discussão o terceiro item da ordem do dia. Como nenhum dos acionistas, pediu a palavra, deu o senhor presidente por terminada a sessão, aproveitando o ensejo para agradecer a presença dos senhores acionistas. Para constar, lavrei a presente ata, que depois de lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes que comigo secretária, assinam Oscar Zwicker, Otto Prochnow Sobrinho, Hilda Fuck Zwicker, Leopoldo Zwicker, Siegfried Geffert, Oscar Zuluhan, Vitor Geffert, Oscar Doering, Raymundo Zwicker, Luis Claudino dos Santos, Lindolfo Trierweiler e Maria Theresinha Silva. Trombudo Alto, 30 de março de 1957. Maria Theresinha Silva, secretária. Certifico que a presente ata é cópia fiel da ata da assembleia geral ordinária, realizada nesta data e lavrada nas folhas 32v e 33 do livro competente. Maria Theresinha Silva, secretária.

N. 10.908 — Conferida e arquivada por despacho da Junta Comercial em sessão de hoje. Pagou na primeira via Cr\$ 21,50 de selos federais para arquivamento.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 23 de maio de 1957

O secretário: Eduardo Nicolich.

A primeira via é do igual teor e fica arquivada na secretaria da Junta Comercial do Estado, em Florianópolis, 23 de maio de 1957.

Eduardo Nicolich, secretário.

(2445)

#### MÓVELS CIMO DE FLORIANÓPOLIS S/A.

##### Ata da 1ª assembleia geral ordinária

Aos doze dias do mês de março do ano de mil novecentos e cinquenta e sete, reunidas em primeira convocação, às 9 horas, na sede social à rua Conselheiro Mafra, 33, acionistas que representam

99% das ações, ou mais de 2/3 do capital social de mil quatrocentos e oitenta e cinco (1.485) ações como tudo se verifica de suas assinaturas no "livro de presença", às fls. 2, do livro n. 1, com as declarações exigidas por lei, o sr. diretor-gerente convidou os srs. acionistas, por haver número legal, a eleger o presidente da assembleia, na forma do artigo 15 dos estatutos sociais em vigor. Por aclamação, foi escolhido o acionista sr. Raymundo Egg que, para secretário, convidou a mim Bráulio Zipperer. Constituída a mesa, o sr. presidente declarou instalada a primeira assembleia geral ordinária de Móveis Cimo de Florianópolis S. A., que fora regularmente convocada por anúncios publicados no "Diário Oficial" do Estado sob números 5.809, 5.810 e 5.811, respectivamente de 7, 8 e 9 de março de 1957, na forma do art. 88, do decreto-lei n. 2.627, de mil novecentos e quarenta, anúncios que são do teor seguinte: "Móveis Cimo de Florianópolis S. A. Assembleia geral ordinária. Convocação. Pelo presente edital são convocados os senhores acionistas da Móveis Cimo de Florianópolis S. A. a se reunirem em assembleia geral ordinária, a realizar-se no dia 12 do corrente, às 9 horas, no escritório desta sociedade, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia. 1ª) Discussão e aprovação do balanço, relatório da diretoria e parecer do conselho fiscal. 2ª) Eleição do conselho fiscal para o período de 1957-58. 3ª) Assuntos de interesse social. Florianópolis, 4 de março de 1957. Ruy Brandão, diretor-gerente". Disse o senhor presidente que tinham sido feitas no "Diário Oficial" do Estado, sob ns. 5.799, 5.800 e 5.801, de 19, 20 e 21 de fevereiro de 1957 respectivamente, as publicações a que se refere o art. 99, do decreto-lei n. 2.627, de 1940 pelo que pôde a assembleia deliberar a respeito. Como o balanço geral com a demonstração da conta de lucros e perdas, relatório da diretoria e parecer do conselho fiscal já foi distribuído aos srs. acionistas sugeriu o presidente que fosse dispensada a leitura das mesmas por ser do conhecimento de todos. Em seguida, declarou que iria submeter à discussão e aprovação o item 1º da ordem do dia, e sendo dispensada pelos senhores acionistas a leitura do documento a que se refere o mesmo item da convocação, foi tornada livre a palavra. Pedindo e obtendo a palavra, o acionista Bráulio Zipperer referiu-se aos resultados obtidos no exercício, cujas contas hoje se examinam e disse que, em face aos resultados de que nos dão notícia o relatório, balanço e demonstração da conta de lucros e perdas, e ainda considerando o parecer favorável do conselho fiscal, opinava que fossem os mesmos documentos aprovados sem restrições pela assembleia. O sr. presidente pôs em votação a proposta, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade, com abstenção dos votos da diretoria. E assim ficaram aprovados o relatório, balanço geral, demonstração da conta de lucros e perdas e parecer do conselho fiscal referentes ao exercício de 1956. Em seguida, o sr. presidente declarou que iria propor à assembleia o item 2 da convocação, referente à eleição do conselho fiscal e seus suplentes, para o exercício de 1957-1958. Com a palavra o acionista senhor Octávio Cabral propôs que fossem reeleitos os membros que compõem o atual conselho e sua suplência, respectivamente os senhores Orlando Carioni, dr. Lauro Luiz Linhares e Jupy Sant'Andrem Ulysséa para membros efetivos do referido conselho e para suplentes os senhores Araray Tupy Campos, Argemiro Pereira e Nivaldo Norberto Hubbenner, todos brasileiros, residentes e domiciliados nesta capital. Em seguida o senhor presidente propôs à assembleia, se manifestasse sobre a remuneração dos membros efetivos do conselho fiscal, tendo sido por unanimidade fixada a importância de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) por sessão a que compareçam os referidos conselheiros. O senhor presidente declarou que estava em discussão o item 3 da ordem do dia, ou seja o trato de quaisquer assuntos de interesse social. Como ninguém quisesse fazer uso da palavra e nada mais houvesse a tratar, o senhor presidente

declarou que iria suspender a assembleia pelo tempo necessário a lavratura da ata, encerrando o livro de presença e reaberta a reunião foi a presente ata lida e aprovada, sendo subscrita pelo senhor presidente e por todos os acionistas presentes. Dela extrairam-se cinco (5) cópias autênticas, dactilográfadas, para os fins legais. Florianópolis, 12 de março de 1957. (Ass.) Raymundo Egg, presidente da assembleia; Móveis Cimo S. A.; Ruy Brandão; Octávio Cabral; Bráulio Zipperer, secretário. Era o que se continha em as fls. iv a 3 do livro n. 1 de atas de assembleias gerais, do qual extraí, fiel e exatamente, a presente cópia, para os devidos fins legais, aos 12 de março de 1957. Florianópolis, 12 de março de 1957. Bráulio Zipperer, secretário.

N. 10.635 — Conferida e arquivada por despacho da Junta Comercial em sessão de hoje. Pagou na primeira via Cr\$ 21,50 de selos federais para arquivamento.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 28 de março de 1957.

O secretário: Eduardo Nicolich.

(2378)

#### INDÚSTRIA E COMÉRCIO JABORA SOCIEDADE ANÔNIMA

##### Ata da assembleia geral ordinária

Aos 7 dias do mês de abril de mil novecentos e cinquenta e sete, às dez (10) horas, no salão paroquial nesta vila de Jaborá, conforme foram previamente convocados, em edital publicado por três (3) vezes sucessivas, nos seguintes números e data do "Diário Oficial" do Estado de Santa Catarina: 5.283, de 28/3/57; 5.824, de 29/3/57 e 5.825, de 1º/4/57, reuniram-se os acionistas da firma Indústria e Comércio S. A., em assembleia geral ordinária, com a seguinte ordem do dia: I — Apresentação e discussão do balanço geral e da demonstração da conta de lucros e perdas, desta firma, referentes ao exercício de 1956. II — Assuntos de interesses sociais. A mesa foi composta pelos membros da diretoria e do conselho fiscal, efetivos. O sr. Vitor Coradi, diretor-presidente, deu por abertos os trabalhos, convidando para secretariá-los o autor desta ata, sr. Adão Lopes. Verificada a lista de presença, devidamente assinada, constatou-se o número legal de acionistas, para o funcionamento regular da assembleia. Tomando a palavra, o sr. presidente propôs à assembleia que esta fosse presidida pelo senhor Leonardo Spadini. Aceita a proposição, foram iniciados os trabalhos da ordem do dia. Pelo secretário, foram lidos o relatório, o balanço geral e demonstração da conta de lucros e perdas. Após, o senhor presidente prestou esclarecimentos detalhados, sobre os resultados do referido balanço geral e demonstração da conta de lucros e perdas, determinando ao mesmo tempo a leitura das atas da reunião conjunta do conselho fiscal e diretoria, e da reunião, em separado do conselho fiscal, uma e outra, dando parecer favorável à demonstração dos resultados do balanço geral e da demonstração da conta de lucros e perdas. Colocando a palavra livre, como se ninguém dela quisesse usar, foram os referidos documentos, juntamente com o relatório submetidos à votação. Tiveram aprovação unânime. Passando ao segundo ponto da ordem do dia, foram submetidos à assembleia os seguintes assuntos: a) questão e situação da distribuição da energia elétrica, à vila de Jaborá, por esta firma. Em nome da diretoria, o senhor presidente dos trabalhos discorreu longamente a respeito. Explicando, em síntese, que a atual arrecadação proveniente da distribuição de luz e força não compensa a despesa com a pessoa encarregada deste setor, não se falando da depreciação da rede condutora e maquinários, que, com a receita atual, tendem a extinguírem-se. Neste sentido foi aprovado resolução autorizando à diretoria a reexaminar as tarifas para pôr fim a anormalidade; b) foi submetida e aprovada uma proposição no sentido de ser concedido uma porcenta-



gem de dez (10) por cento sobre os lucros apurados, no fim de cada exercício, aos membros da diretoria que dirigem a firma; c) em face de os resultados lucrativos, do exercício de 1956, estarem pendentes e seus recebimentos, serão provavelmente, até meados do ano em curso, foi submetida à assembleia uma proposição, oriunda da diretoria e conselho fiscal, no sentido de que os ditos resultados sejam convertidos em dividendos e distribuídos no balanço geral do exercício em curso. Todas as proposições do segundo ponto da ordem do dia, tiveram aprovação unânime. Ficando livre a palavra, e como dela ninguém quisesse fazer uso, esgotada a ordem do dia, mandou o senhor presidente que encerrasse a presente ata, a qual, depois de lida e achada conforme, vai por mim, secretário "ad-hoc", pelo presidente dos trabalhos, membros da diretoria e do conselho

fiscal, assinada. Jaborá, 7 de abril de 1957. Vitorio Coradi, diretor-presidente.

Reconheço como verdadeira a firma retiro de Vitorio Coradi, do que dou fé. Em test. JEF. da verdade. Ouro-Cardinal, 26 de junho de 1957. João Edelberto Fontes, escrivão.

N. 11.038 — Conferida e arquivada por despacho da Junta Comercial em sessão de hoje. Pagou na primeira via Cr\$ 21,50 de selos federais para arquivamento.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 27 de junho de 1957.

O secretário: Eduardo Nicolich. A primeira via é de igual teor e fica arquivada na secretaria da Junta Comercial do Estado, em Florianópolis, 27 de junho de 1957.

Eduardo Nicolich, secretário.

(2479)

## LAMINADORA IMPERIAL S/A

### RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o resultado do balanço geral, encerrado em 31 de dezembro de 1956, acompanhado da demonstração da conta de "lucros e perdas" e parecer do conselho fiscal. Todo e qualquer esclarecimento julgado necessário será prestado por esta diretoria, no escritório da sociedade.

Caçador, 31 de dezembro de 1956.

Reinoldo Netz, diretor.  
Walro Netz, diretor.

#### ATIVO

##### Imobilizado

Imóveis	219.522,00	
Correias e acessórios	119.469,20	
Móveis e utensílios	18.845,40	
Veículos	105.938,20	
Instalações novas em construção	46.987,00	
Maquinários	880.516,00	
Serraria Imperial	63.693,10	
Fábrica de compensados	31.490,40	
Depósitos R. V. P. S. C.	12.000,00	
Pinheiros	65.810,00	
Construções	82.730,80	1.647.002,10

##### Disponível

Caixa	2.082,80	
Banco Ind. e Com. de Sta. Catarina S/A	63.978,70	
Banco Nac. do Com. S/A	82,30	66.143,80

##### Realizável a curto e longo prazo

C/c. devedoras	1.904.143,60	
Laminados e compensados — estoque	410.150,00	
Madeiras — estoque	100.655,70	
Materia prima — estoque	20.012,10	
Materia secundária — estoque	12.907,20	
Almoxarifado — estoque	30.405,30	
Titulos endossados	109.386,80	
Depósitos de requisições	16.076,40	2.603.737,10

Empréstimo compulsório		17.119,70
De compensação		
Ações caucionadas	50.000,00	
Banco Nac. do Com. S/A, c/cobrança	123.894,60	
Banco Ind. e Com. Sta. Cat. S/A, c/cobrança	15.500,30	189.394,90

##### Banco do Brasil S/A

Depósito sem limite	17.879,00	
Conta caução n. 1	330.015,50	
Conta caução n. 2	196.363,40	544.258,50

##### Valores transitórios

Materia de escritório	6.172,20	
Seguros diversos	4.728,00	
Imposto de consumo	412,70	
Imposto Vendas e Consignações	141,10	11.454,00
		Cr\$ 5.079.110,10

#### PASSIVO

##### Não exigível

Capital	1.700.000,00	
Fundo para depreciações	407.961,00	
Fundo de reserva especial	91.491,30	
Fundo de reserva legal	99.181,70	
Fundo para créditos duvidosos	87.804,90	
Fundo para indenizações legais	32.908,50	2.419.347,40

##### Exigível

C/c. credoras	470.032,80	
Porcentagem a diretoria	37.875,90	
Lucro ano de 1954	319.424,20	
Idem, idem, 1955	144.133,90	
Idem, idem deste ano	186.605,70	1.158.072,50
Titulos descontados		572.756,50

#### De compensação

Caução da diretoria	50.000,00	
Titulos em cobrança	139.394,90	189.394,90
Banco do Brasil S/A		
Conta empréstimo	286.589,70	
Titulos caucionados	452.949,10	739.538,80
		Cr\$ 5.079.110,10

#### DEMONSTRATIVO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS"

##### A DÉBITO

Mão de obra		
Salários	339.589,90	
Seguros Acidentes do Trabalho	15.767,30	
Férias	5.566,40	
Contribuições Previdência Social	82.632,20	443.555,80

##### Produção

Ordenados	23.000,00	
Pretes e carros	387.571,00	
Conservação máquinas e instalações	127.839,90	
Manutenção máquinas e instalações	54.383,50	
Combustíveis e lubrificantes	19.805,00	
I. N. P. e guias	15.813,60	
Retoque de estradas	13.124,60	
Despesas diversas	27.841,20	
Corte, arrasto e estaleiramento	164.089,50	
Caminhão c/ despesas	198.046,00	
Energia elétrica	7.574,70	
Materia prima	230.800,00	
Materia secundária	190.570,00	1.460.459,00

##### Administração

Gratificações e donativos	5.714,50	
Desp. diversas de administração	18.490,70	
Comissões	80.158,40	
Estampilhas diversas	3.618,50	
Aluguéis	1.809,70	
Impostos diversos	18.872,60	
Imposto de consumo	32.430,00	
Remuneração da diretoria	204.000,00	
Despesas bancárias	31.209,30	
Seguros diversos	37.009,70	
Despachos	123,00	
Telefones e telefonemas	1.296,40	
Imposto de renda	29.122,20	
Correios e Telégrafos	3.371,90	
Juros e descontos passivos	133.829,10	
Despesas de viagens	37.083,00	
Despesas de escritório	6.000,00	
Despesas de expediente	1.285,00	
Impostos de vendas e consignações	153.935,10	799.369,10

##### Secção Comercial

Almoxarifado		32.170,00
Não tributável		
Fundo para depreciações:		
10% s/ a conta correias e acessórios	11.946,90	
20% s/ a conta veículos	21.187,60	
10% s/ a conta móveis e utensílios	1.884,50	
10% s/ a conta Serraria Imperial	6.369,30	
10% s/ a conta Fábrica de compensados	3.149,00	
10% s/ a conta maquinários	88.051,60	132.593,90

##### Porcentagem a diretoria:

10% s/ lucros verif., cfe. stab. assemb.	37.875,90	
Fundo de reserva:		
5% s/ lucros líquidos, cfe. stab. assemb.	18.937,90	
Fundo de reserva legal:		
Idem, idem	18.937,90	
Fundo para credores duvidosos:		
11% s/ c/c. devedoras, cfe. stab. em ata	98.272,00	
Fundo para indenizações legais:		
5% s/ a conta salários e ordenados	18.129,50	
Lucros e perdas:		
Lucro líquido verificado neste balanço	186.605,70	378.758,90

Soma Cr\$ 3.246.901,70

#### A CRÉDITO:

Auferições		
Laminados e compensados	2.940.628,40	
Madeiras	262.438,70	
Auferições diversas	15.427,40	
Juros e descontos ativos	28.407,20	3.246.901,70

#### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo-assinados, componentes do conselho fiscal da sociedade anônima Laminadora Imperial S. A., tendo examinado e conferido minuciosamente o balanço geral, a conta de "lucros e perdas" e demais contas correlatas, atinentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1956, e, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem e concordância, são de parecer que as mesmas devem ser aprovadas na assembleia geral ordinária que para tal fim for convocada.

Caçador, março de 1957.

Reinoldo Netz, diretor.  
Walro Netz, diretor.  
Waldomiro Guido Ferroni, contabilista C. R.  
C., (SO), n. 1.659.

(2532)



## RELOJOARIA CATARINENSE S. A.

## RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas:

Em obediência às prescrições legais e estatutárias, cumpre-nos submeter à apreciação de vv. ss., o balanço geral, demonstração da conta de "lucros e perdas", parecer do conselho fiscal e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31 de janeiro de 1957.

Os documentos que com este também publicamos, exprimem claramente a situação econômica-financeira desta sociedade.

Outrossim, permanecemos à vossa disposição, para prestar-vos quaisquer esclarecimentos que porventura julgardes necessários.

Blumenau, 14 de junho de 1957.

Nora Willerding, presidente.

Félix Willerding, diretor-técnico.

## BALANÇO GERAL, ENCERRADO EM 31 DE JANEIRO DE 1957

ATIVO			
<b>Disponível</b>			
Caixa .....	37.844,00		
Bancos .....	40.089,40	77.933,40	
<b>Circulante</b>			
<b>Mercadorias</b>			
<b>Realizável</b>			
Títulos a receber .....	247.352,80		
Títulos em cobrança .....	39.250,60		
Devedores diversos .....	28.218,00		
Adicional restituível .....	3.439,10	318.260,30	
<b>Estável</b>			
Máquinas e ferramentas .....	70.832,50		
Móveis e utensílios .....	49.299,10		
Instalações .....	18.770,60	138.902,20	
<b>De compensação</b>			
Ações em caução .....		25.000,00	
		1.484.278,40	
PASSIVO			
<b>Não exigível</b>			
Capital .....	550.000,00		
Fundo de reserva legal .....	70.462,90		
Fundo de reserva especial .....	111.416,30		
Fundo de depreciação .....	114.531,30		
Fundo de garantia da dívida ativa .....	49.587,90	895.998,40	
<b>Exigível</b>			
Títulos descontados .....	93.737,80		
Títulos a pagar .....	20.000,00		
Gratificações a pagar .....	27.557,40		
Contas correntes .....	365.184,80		
Dividendos .....	55.000,00		
Dividendos não reclamados .....	1.800,00	563.280,00	
<b>De compensação</b>			
Caução da diretoria .....		25.000,00	
		1.484.278,40	

Blumenau, 31 de janeiro de 1957.

Nora Willerding, diretor-presidente.

Félix Willerding, diretor-técnico.

Edgar Scheidemantel, técnico em Contabilidade, dipl. reg. na D. N. C., sob n. 111.120, C. R. C. S. C., sob n. 1.565.

## LUCROS E PERDAS — DEMONSTRAÇÃO DESTA CONTA EM 31 DE JANEIRO DE 1957

DEBITO			
a Despesas diversas — Saldo desta conta .....	623.317,30		
a Despesas diversas — Filial — Idem, idem .....	54.709,00		
a Fundo de reserva legal — 10% do lucro líquido .....	13.778,70		
a Fundo de depreciação — 10% do lucro líquido .....	13.778,70		
a Fundo de reserva especial — Valor que se transfere a esta conta .....	27.672,40		
a Gratificações a pagar — 20% do lucro líquido p/ gratificação dos diretores-gerentes .....	27.557,40		
a Dividendos — Dividendo à razão de 10% .....	55.000,00		
	816.313,50		
CRÉDITO			
de Mercaderias — Lucro bruto desta conta .....	803.498,80		
de Rendas diversas — Saldo desta conta .....	12.364,60		
de Comissões — Idem, idem .....	150,00		
de Lucros e perdas — Idem, idem .....	300,00		
	816.313,50		

Blumenau, 31 de janeiro de 1957.

Nora Willerding, presidente.

Félix Willerding, diretor-técnico.

Edgar Scheidemantel, técnico em Contabilidade, dipl. reg. na D. N. C., sob n. 111.120, C. R. C. S. C., sob n. 1.565.

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os signatários do presente, membros efetivos do conselho fiscal da sociedade anônima, "Relojoaria Catarinense S. A.", tendo examinado detidamente o balanço, demonstração da conta de "lucros e perdas", e contas, referentes ao exercício so-

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO JABORÁ S. A.

## LANÇAMENTOS PARA BALANÇO GERAL RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 1956

<b>Lucros e perdas a diversos</b>			
a contas de resultados negativos:			
a Moínho — Saldo desta conta .....	212.703,30		
a Impostos e Selos — Saldo desta conta .....	98.625,60		
a Salários — Saldo desta conta .....	59.400,00		
a Comb. e lubrificantes — Saldo desta conta .....	43.114,00		
a Despesas Gerais — Saldo desta conta .....	26.328,30		
a Juros e Descontos — Saldo desta conta .....	15.777,40		
a Fretes e Carretos — Saldo desta conta .....	23.188,20	479.137,80	

<b>Diversos a lucros e perdas</b>			
de contas de resultado positivo:			
de Luz Elétrica — Saldo desta conta .....	27.754,00		
de Serviços Prestados — Saldo desta conta .....	47.332,60	75.086,60	

RESUMO			
Da conta de lucros e perdas:			
Soma das contas do saldo negativo .....	479.137,80		
Soma das contas do saldo positivo .....	75.086,60		
Prejuízo verificado em 1956 .....	404.051,20		
Mais prejuízo verificado em 1955 .....	75.165,40		
Saldo nesta data .....	479.216,60		
Em se considerando porém a conta de Lucros Pendentes debitada ao SET, teríamos:			
Saldo lucros pendentes Cotas SET .....	554.166,60		
Prejuízo verificado acima .....	404.051,20		
Daria um lucro líquido .....	150.115,40		

ATIVO			
22 Caixa, dinheiro existente .....	119.751,50		
6 Máq. e ferramentas .....	842.899,60		
5 Móveis e utensílios .....	369,00		
4 Imóveis, ferr. e prédio .....	96.154,30		
15 Organização .....	33.704,90		
16 Acessórios .....	325,00		
21 Lucros e perdas .....	479.216,60		
20 Cotas crédito SET .....	554.166,60	2.126.547,50	

PASSIVO			
1 Capital .....	791.000,00		
17 C/Participação IROSA .....	243.436,20		
21 Lucros pendentes .....	554.166,60		
23 C/Correntes .....	537.947,70	2.126.547,50	

Reconhecemos a exatidão do presente balanço geral, no valor de Cr\$ 2.126.547,50 (dois milhões, cento e vinte e seis mil, quinhentos e quarenta e sete cruzeiros e cinquenta centavos). Damos fé.

Jaborá, 31 de dezembro de 1956.

Vitório Coradi, diretor-presidente.

Plácido Mascarello, diretor-gerente.

Klimak, contador, reg. no C.R.C., (SC), sob n. 1.406.

Reconheço como verdadeiras as firmas retro de Vitório Coradi e Plácido Mascarello, do que dou fé. Em test. JEF. da verdade. Ouro-Capinzal, 10 de julho de 1957. João Edelberto Fontes, escrivão.

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo-assinados, membros do conselho fiscal da firma Indústria e Comércio Jaborá S. A., reunidos para tomarem conhecimento do balanço geral, demonstração da conta de lucros e perdas, inventário, demais contas e documentos relativos ao exercício findo, tendo achado tudo em perfeita ordem e exatidão, são de parecer que os documentos em referência merecem a aprovação da próxima assembleia geral ordinária.

Jaborá, 5 de março de 1957.

Luiz Parizotto  
Francisco Pavan  
Augustinho Sarturi

Reconheço como verdadeiras as firmas supra de Luiz Parizotto, Francisco Pavan e Augustinho Sarturi, do que dou fé. Em test. JEF. da verdade. Ouro-Capinzal, 26 de junho de 1957. João Edelberto Fontes, escrivão.

(2553)

## MALHARIA TESTO SALTO S. A.

## Assembleia geral extraordinária

São convidados os senhores acionistas, a se reunirem em assembleia geral extraordinária, na sede social.

no local Velha Grande, nesta cidade, no dia 20 do corrente mês, às 15 horas, a fim de deliberarem sobre assunto de interesse social.

Blumenau, 8 de julho de 1957.

Alex Lingner, diretor-sub-gerente.  
(3-3) (2554)

cial, encerrado em 31 de janeiro de 1957, depois de constatarem a mais perfeita ordem e exatidão em tudo o que lhes foi dado a examinar são de parecer que devam ser aprovadas pela assembleia geral ordinária.

Blumenau, 16 de junho de 1957.

Wilmir Luz  
Heitor Ferraz  
Luiz Lenzi

(2563)



## BANCO DO BRASIL S. A.

CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PRAÇA — JOINVILLE (S. C.)

Licenças de Exportação emitidas, de 3 a 9-6-57

Número	EXPORTADOR	MERCADORIA		Peso líquido	VALOR EM			Pôrto de embarque	País de destino
		Classif.	Especificação		Kgs.	Cr\$	Moeda estrangeira		
38-57/507-507	Madeira Douat S. A.	2.22.30	Pinho: 30 standards	84.056	135.717,10	£	2.640-00-00	Itajaí/S. Fr. do Sul	Inglaterra
508-508	Idem	2.22.30	Pinho: 50 standards	140.094	226.195,20	£	4.400-00-00	Itajaí/S. Fr. do Sul	Inglaterra
509-509	Karl Veit & Cia. Ltda.	2.22.30	Pinho: 14 standards	14.094	55.777,70	£	1.085-00-00	Itajaí/S. Fr. do Sul	Inglaterra
510-510	Idem	2.22.30	Pinho: 40 standards	112.075	160.956,20	£	3.520-00-00	Itajaí/S. Fr. do Sul	Inglaterra
511-511	Idem	2.22.30	Pinho: 21 standards	58.840	95.002,00	£	1.848-00-00	Itajaí/S. Fr. do Sul	Inglaterra
512-512	Idem	2.22.30	Pinho: 10 standards	28.019	45.239,00	£	880-00-00	Itajaí/S. Fr. do Sul	Inglaterra
513-513	Ind. de Madeiras R. Bonito Ltda.	2.22.30	Pinho: 15 standards	42.028	67.858,50	£	1.320-00-00	S. Franc. do Sul	Inglaterra
514-514	Karl Veit & Cia. Ltda.	2.22.30	Imbuia: 250 pés/3	7.075	11.052,70	£	215-00-00	S. Franc. do Sul	África do Sul
515-515	G. H. Adlersberg & Cia. Ltda.	2.22.30	Pinho: 50 standards	140.094	226.195,20	£	4.400-00-00	Itajaí/S. Fr. do Sul	Inglaterra
516-516	Idem	2.22.30	Pinho: 100 standards	280.188	452.390,40	£	8.800-00-00	Itajaí/S. Fr. do Sul	Inglaterra
517-517	H. Carlos Schneider S. A. — C. I. Export.	2.28.61	Fóllhas secas de palmeiras	800	16.524,00	DM.	3.780,00	S. Franc. do Sul	Alemanha
518-518	Ind. de Madeiras R. Bonito Ltda.	2.22.30	Pinho: 10 standards	28.018	45.239,00	£	880-00-00	S. Franc. do Sul	Inglaterra
519-519	Idem	2.22.30	Pinho: 20 standards	56.037	59.633,20	£	1.160-00-00	S. Franc. do Sul	Inglaterra
520-520	Idem	2.22.30	Pinho: 20 standards	56.037	90.478,10	£	1.760-00-00	S. Franc. do Sul	Inglaterra
521-521	Idem	2.22.30	Pinho: 35 standards	98.065	111.555,40	£	2.170-00-00	S. Franc. do Sul	Inglaterra
522-522	Idem	2.22.30	Pinho: 20 standards	56.037	59.633,20	£	1.150-00-00	S. Franc. do Sul	Inglaterra
523-523	Idem	2.22.30	Pinho: 25 standards	70.047	74.541,60	£	1.450-00-00	S. Franc. do Sul	Inglaterra
524-524	Idem	2.22.30	Pinho: 5 standards	14.099	22.619,50	£	440-00-00	S. Franc. do Sul	Inglaterra
525-525	Gugelmin S. A. — Com. e Ind.	2.22.30	Pinho: 50.000 pés/2	70.754	87.210,00	US\$ Arg.	4.750,00	Itajaí/S. Fr. do Sul	Argentina
526-526	Idem	2.22.30	Pinho: 198.400 pés/2	280.754	346.049,30	US\$ Arg.	18.848,00	Itajaí/S. Fr. do Sul	Argentina
527-527	Idem	2.22.30	Pinho: 300.000 pés/2	424.528	358.020,00	US\$ Arg.	19.500,00	Itajaí/S. Fr. do Sul	Argentina
528-528	Idem	2.22.30	Pinho: 50.000 pés/2	70.754	59.670,00	US\$ Arg.	3.250,00	Itajaí/S. Fr. do Sul	Argentina
529-529	Idem	2.22.30	Pinho: 200.000 pés/2	283.019	238.680,00	US\$ Arg.	13.000,00	Itajaí/S. Fr. do Sul	Argentina
530-530	G. H. Adlersberg & Cia. Ltda.	2.22.30	Pinho: 60.000 pés/2	84.905	137.700,00	US\$ Arg.	7.500,00	Itajaí/S. Fr. do Sul	Argentina
531-531	Idem	2.22.30	Pinho: 40.000 pés/2	56.033	69.768,00	US\$ Arg.	3.800,00	Itajaí/S. Fr. do Sul	Argentina
532-532	Imobiliária Coml. e Exportação Ltda.	2.22.30	Pinho: 70.000 pés/2	99.056	100.650,00	US\$ Arg.	8.750,00	Itajaí	Argentina
533-533	H. Carlos Schneider S. A. — C. I. Export.	2.28.61	Fóllhas secas de palmeiras	1.200	24.788,00	US\$ Am.	1.350,00	Santos	U. S. A.
534-534	Madeira Douat S. A.	2.22.30	Pinho: 30 standards	84.056	135.717,10	£	2.640-00-00	Itajaí/S. Fr. do Sul	Inglaterra
535-535	Idem	2.22.30	Pinho: 25 standards	70.047	113.097,60	£	2.200-00-00	Itajaí/S. Fr. do Sul	Inglaterra
536-536	Idem	2.22.30	Pinho: 25 standards	70.047	113.097,60	£	2.200-00-00	Itajaí/S. Fr. do Sul	Inglaterra
537-537	Idem	2.22.30	Pinho: 50 standards	140.094	226.195,20	£	4.400-00-00	Itajaí/S. Fr. do Sul	Inglaterra
538-538	Idem	2.22.30	Pinho: 50 standards	140.094	226.195,20	£	4.400-00-00	Itajaí/S. Fr. do Sul	Inglaterra
539-539	Karl Veit & Cia. Ltda.	2.23.65	Imbuia: 5.200 pés/3	147.170	238.091,20	£	4.592-10-00	S. Franc. do Sul	África do Sul
540-540	Idem	2.22.30	Pinho: 50 standards	140.094	226.195,00	£	4.400-00-00	Itajaí/S. Fr. do Sul	Inglaterra
541-541	União Catarinense de Serradores Ltda.	2.22.30	Pinho: 10 standards	28.018	45.239,00	£	880-00-00	S. Franc. do Sul	Inglaterra
542-542	Idem	2.22.30	Pinho: 50 standards	140.094	226.195,00	£	4.400-00-00	S. Franc. do Sul	Inglaterra
543-543	Idem	2.22.30	Pinho: 30 standards	84.056	141.885,00	£	2.760-00-00	S. Franc. do Sul	Inglaterra
544-544	Idem	2.22.30	Pinho: 170 standards	476.320	769.063,00	£	14.980-00-00	S. Franc. do Sul	Inglaterra
545-545	Idem	2.22.30	Pinho: 40 standards	112.075	133.660,00	£	2.800-00-00	S. Franc. do Sul	Inglaterra
546-546	Idem	2.22.30	Pinho: 20 standards	56.037	90.478,00	£	1.760-00-00	S. Franc. do Sul	Inglaterra
547-547	Elias Malamud & F's, do Brasil, Ltda.	2.22.30	Pinho: 180 standards	504.340	814.302,00	£	15.840-00-00	S. Franc. do Sul	Inglaterra
548-548	Idem	2.22.30	Pinho: 100 standards	280.188	452.390,00	£	8.800-00-00	S. Franc. do Sul	Inglaterra
549-549	Este Asiático Com. e Nav. Ltda.	2.22.30	Pinho: 25 standards	70.047	102.816,00	£	2.000-00-00	S. Franc. do Sul	Inglaterra
550-550	Idem	2.22.30	Pinho: 20 standards	56.036	76.598,00	£	1.490-00-00	S. Franc. do Sul	Inglaterra
551-551	Idem	2.22.99	Quadrinhos de pinho: 10 standards	28.018	32.901,10	£	640-00-00	S. Franc. do Sul	Inglaterra
552-552	Ind. de Madeiras R. Bonito Ltda.	2.22.30	Pinho: 500.000 pés/2	707.547	872.100,00	US\$ Arg.	47.500,00	S. Franc. do Sul	Argentina
553-553	Idem	2.22.30	Pinho: 100.000 pés/2	141.509	229.500,00	US\$ Arg.	12.500,00	S. Franc. do Sul	Argentina
554-554	Idem	2.22.30	Pinho: 20 standards	56.037	90.478,10	£	1.760-00-00	S. Franc. do Sul	Inglaterra
555-555	M. Lepper & Cia. S. A.	2.22.30	Pinho: 100 standards	280.189	452.390,40	£	8.800-00-00	S. Franc. do Sul	Inglaterra
556-556	Gugelmin S. A. — Com. e Ind.	2.22.30	Pinho: 100.000 pés/2	141.509	119.340,00	US\$ Arg.	6.500,00	Itajaí	Argentina
557-557	Karl Veit & Cia. Ltda.	2.22.30	Pinho: 5 standards	14.099	19.278,00	£	375-00-00	Itajaí/S. Fr. do Sul	Inglaterra
558-558	Idem	2.22.30	Pinho: 20 standards	56.038	90.478,10	£	1.760-00-00	Itajaí/S. Fr. do Sul	Inglaterra
559-559	Irmãos Heyse & Cia. Ltda.	2.22.30	Pinho: 10 standards	28.019	40.098,20	£	780-00-00	S. Franc. do Sul	Inglaterra
560-560	Madeira Douat S. A.	2.22.30	Pinho: 111,5 standards	312.408	492.591,40	£	9.582-00-00	Itajaí/S. Fr. do Sul	Inglaterra
561-561	Gugelmin S. A. — Com. e Ind.	2.22.30	Pinho: 375.000 pés/2	530.659	654.075,00	US\$ Arg.	35.625,00	Itajaí/S. Fr. do Sul	Argentina
562-562	Com. e Ind. H. Jordan S. A.	4.64.21	Erva mate tipo PC-1	20.620	119.283,70	US\$ Ch.	6.495,30	Antonina	Chile

Pelo BANCO DO BRASIL S. A. — Joinville (S. C.).

José Antônio Navarro Lins — Gerente.

Roberto Carvalho Barros — Aj. Serv. CACEX.

(2419)



# DIÁRIO DA JUSTIÇA

## ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO III

Florianópolis, 17 de julho de 1957

NÚMERO 396

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Edital n. 319

Faço público que, na sessão da 2ª Câmara Civil, de 15 do corrente, foram distribuídos os seguintes feitos:

Agravo de petição n. 74, de Criciúma, agravante a Meridional Companhia de Seguros Gerais e agravado Antônio Manoel Cardoso. Relator o sr. des. Patrocínio Gallotti.

Apelação de desquite n. 1.324, de Lajes, apelante o dr. juiz de direito e apelados João de Deus dos Santos e sua mulher. Relator o sr. des. Patrocínio Gallotti.

Apelação de desquite n. 1.327, de Blumenau, apelante o dr. juiz de direito e apelados Rodolfo Fernando Goemann e sua mulher. Relator o sr. des. Adão Bernardes.

Apelação civil n. 4.277, de São Francisco do Sul, apelante José de Aquino de Souza e apelado João Alberto dos Santos. Relator o sr. des. Adão Bernardes.

Apelação de desquite n. 1.326, de Lajes, apelante o dr. juiz de direito e apelados Alano Rodrigues Muniz e sua mulher. Relator o sr. des. Vitor Lima.

Apelação de desquite n. 1.329, de Lajes, apelante o dr. juiz de direito e apelados Dimas Dias da Rosa e sua mulher. Relator o sr. des. Vitor Lima.

Secretaria do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, aos 15 de julho de 1957. Nair Caldeira Gonzaga, secretário.

Edital n. 1.593

Aos quinze dias do mês de julho do ano de mil novecentos e cinquenta e sete, nesta cidade de Florianópolis, em a sala das sessões do Tribunal de Justiça, onde se encontrava o exmo. sr. desembargador Vitor Lima, juiz semanário da segunda Câmara Civil, comigo escrivão, abaixo-assinado, aberta a audiência com as formalidades legais, procedeu-se a publicação dos seguintes acordãos:

Agravo n. 2.801, de Campos Novos, relator o exmo. sr. des. Adão Bernardes, agravante o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, agravado Manoel Alup Alvares: "por unanimidade de votos conhecer do recurso e negar-lhe provimento, para confirmar, como confirmam, a decisão agravada. Custas pelo agravante".

Apelação civil n. 4.022, de Japacaba, relator o exmo. sr. des. Adão Bernardes, apelante Egídio Cesar Osmarin, apelado Afonso Antes: "por unanimidade de votos, conhecer do recurso e dar-lhe provimento, para reformar a sentença apelada, na parte em que condenou o autor a devolver ao réu as importâncias correspondentes a passagem e fretes. Custas, em proporção.

Oswaldo Fernandes, escrivão.

Edital n. 3.646

De ordem do exmo. sr. des. presidente da 2ª Câmara Civil, torno público que, de acordo com o § 4º, do art. 874, do Código de Processo Civil, serão julgados no dia 22 de julho de 1957, os seguintes autos:

Agravo de petição n. 27, da comarca de Criciúma, em que é agravante Protetora, Cia. de Seguros Gerais e agravado Gelindo Moliner. Relator o sr. des. Adão Bernardes.

Apelação de desquite n. 1.310, da comarca de Campos Novos, em que é apelante o dr. juiz de direito e apelados Adelino Bernart e sua mulher. Relator o sr. des. Adão Bernardes, revisores os srs. des. Vitor Lima e Patrocínio Gallotti.

Apelação civil n. 4.068, da comarca de Curitiba, em que são apelantes Luiz Fabricio de Carvalho e outro e apelado José Bula. Relator o sr. des. Adão Bernardes, revisores os srs. des. Vitor Lima e Patrocínio Gallotti.

Secretaria do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, aos 15 de julho de 1957.

Paulo Gonzaga Martins da Silva, secretário. (6617)

Edital n. 3.647

Faço público que, de acordo com o artigo 41, do decreto-lei n. 4.565, de 11 de agosto de 1942, que modificou o artigo 870, do Código de Processo Civil, se acha correndo prazo de dez dias, para preparo, na Secretaria deste Tribunal, dos seguintes processos:

Apelação civil de Joinville, apelante Augusto Arndt e apelado Waldemar Cereal.

Apelação civil de São José, apelante Pedro Claudino Goulart Júnior e apelado o espólio de Luiz Mathias Kalfetz.

Secretaria do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, 16 de julho de 1957.

Paulo Gonzaga Martins da Silva, secretário.

Edital n. 3.648

Faço público que, de acordo com o artigo 41, do decreto-lei n. 4.565, de 11 de agosto de 1942, que modificou o artigo 870, do Código de Processo Civil, se acha correndo prazo de cinco dias, para preparo, na Secretaria deste Tribunal, do seguinte processo:

Agravo de instrumento de Joinville, agravante Afonso Rathunde e agravado Vollrath & Jaekel.

Secretaria do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, aos 16 de julho de 1957.

Paulo Gonzaga Martins da Silva, secretário.

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

PORTARIA N. P-16/57

O desembargador Severino Nicomedes Alves Pedrosa, presidente do Tribunal Regional Eleitoral, no uso das suas atribuições, e atendendo à indicação do juiz eleitoral da 38ª Zona

Itaipópolis, aprovada pelo Tribunal, em sessão de ontem.

Nomeia José Zadorosny Filho para exercer as funções de juiz preparador no município de Papanduva.

Florianópolis, 13 de julho de 1957. Severino Nicomedes Alves Pedrosa.

### FORO DA CAPITAL

#### REGISTRO CIVIL

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: João Paulo Broering e Alcione Amélia Gonzaga, solteiros. Ele, contador, nascido em Santo Amaro da Imperatriz, neste Estado, domiciliado e residente em Santo Amaro da Imperatriz, filho de Júlio Jacob Broering e Olga Elias Broering. Ela, doméstica, nascida em Florianópolis, neste Estado, domiciliada e residente nesta Capital, filha de Apolônio Henrique Gonzaga e Amélia Gonzaga.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Florianópolis, 8 de julho de 1957.

Fernando Campos de Faria, oficial. (2582)

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Thomaz Reis Mello e Maria Petronilha de Souza, solteiros, naturais deste Estado. Ele, médico, domiciliado e residente em Criciúma, neste Estado, filho de Arnaldo Vieira de Mello e Noêmia Reis Mello. Ela, doméstica, domiciliada e residente neste sub-distrito, filha de Miguel Inácio de Souza e Petronilha Maria de Souza.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Estreito, 11 de julho de 1957.

Odilon Bartolomeu Vieira, oficial. (2569)

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Nagib Adriano Nazário e Tereza Junkes, solteiros, naturais deste Estado, domiciliados e residentes neste sub-distrito. Ele, servente de pedreiro, filho de Maria Francisca Nazário. Ela, doméstica, filha de Paulino Luiz Junkes e Ida Hoffmann.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Estreito, 13 de julho de 1957.

Odilon Bartolomeu Vieira, oficial. (6599)

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Claudio João Martins e Verônica Maria Soares, solteiros, brasileiros, naturais deste Estado, residentes neste 3º sub-distrito do município de Florianópolis. Ele, operário, filho de João Pedro Martins e Cantalecia Martins. Ela, doméstica, filha de João Manoel Soares e Maria Vitorina Soares.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Saco dos Limões, 5 de julho de 1957.

Plácido Sérgio Alves, oficial. (2572)

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Manoel José e Osvaldina Igídia Marques, solteiros, naturais deste Estado. Ele, lavrador, filho de Rosa Maria José. Ela, doméstica, filha de João Albano Marques e Eduvigen Igídia Marques, domiciliados e residentes neste distrito.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Santo Antônio de Lisboa, 1º de julho de 1957.

Rafael da Rocha Pires, oficial. (2573)

### JUIZADOS DO INTERIOR

#### JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE TIJUCAS

Edital de citação, com o prazo de trinta dias, de interessados ausentes, incertos e desconhecidos

O cidadão Carlos Ternes, juiz de Paz, no exercício do cargo de juiz de direito da comarca de Tijucas, do Estado de Santa Catarina, na forma da lei etc.

Faz saber aos que o presente edital, com o prazo de trinta dias, tiverem ou dêle conhecimento tiverem, que por parte de Adair José de Andrade, lhe foi apresentada uma petição cujo inteiro teor é o seguinte: "Exmo. sr. dr. juiz de direito da comarca: Diz Adair José de Andrade, brasileiro, lavrador, solteiro, residente e domiciliado no lugar Campo Novo, deste primeiro distrito, que precisando mover a presente ação de usucapião vem expor e requerer a v. excia. o seguinte: I — O suplicante é possessor, há mais de vinte anos, por si e seu antecessor, de um terreno situado no lugar Campo Novo, deste primeiro distrito, com 188 metros de frente e 1.320 ditos de fundos, e uma deflexão para o norte, com 91 metros de frente e 660 ditos de fundos; ou seja um total de 308.820 metros quadrados, fazendo frente em uma pedra com terras de José Honório, na parte mais larga com o Travessão do Amorim, e na parte mais estreita, da deflexão, em um pântano, com quem de direito; extremado ao sul em terras de herdeiros de Francisco Honório Furtado e dr. Bayer e ao norte em terras de José Honório e dr. João Bayer II — A referida posse foi comprada, pelo suplicante, há dois meses, de Silvério João Soares, e este, por sua vez, o comprou de Justino Prudência de Amorim, em setembro de 1924, e tanto a posse do suplicante, como as de seu antecessor, sempre foram pacíficas, contínuas e ininterruptas, e exercidas com "animus domini", sem embargo ou oposição de quem quer que seja. III — Em vista do exposto, quer o suplicante regularizar a sua posse sobre o referido imóvel, de conformidade com o art. 550, do Código Civil e a lei federal n. 2.437, de 7 de março de 1955, que modificou o art. 550, do dito Código. E para o dito fim requer a designação do dia e hora para a justificação exigida pelo art. 455, do Código de Processo Civil, na qual deverão ser inquiridas as testemunhas Avelino João de Bitencourt e Antônio Estrogildo Medeiros, residentes e domiciliados no local do imóvel, lavradores, os quais comparecerão independentemente de citação. Requer mais que, depois da justificação, sejam citados os atuais confrontantes do imóvel, José Honório e dr. João Bayer, ambos residentes nesta cidade, e ainda a citação dos interessados incertos e desconhecidos por edital de trinta dias; do sr. diretor do Patrimônio da União, por precatória, em Florianópolis, e do representante do Ministério Público, nesta cidade; todos para contestarem a presente ação, dentro do prazo de dez dias, de conformidade com o art. 455, citado, sendo, afinal, reconhecido o domínio do suplicante sobre o referido imóvel, cuja sentença lhe servirá de título hábil para a inscrição respectiva no Registro de Imóveis. Protesta-se provar o alegado com tes-



temunhas, e vistoria, se necessário. Dá-se à presente o valor de ..... Cr\$ 3.000,00, para os efeitos legais. O solicitador que esta assina tem sua residência nesta cidade, onde recebe citação. Nestes termos p. deferimento. Tijucas, 4 de junho de 1957. (a.) Cláudio Caramuru de Campos, assistente judiciário". Em dita petição foi exarado o seguinte despacho: "A. A conclusão. Tijucas. 4-6-1957. (a.) Carlos Ternes, juiz de Paz no exercício do cargo de juiz de direito". Concluiu os autos foi exarado o seguinte despacho: "Designo o sr. escrivão dia e hora, no local do costume, para a justificação, feitas as devidas intimações. Tijucas. 5-6-57. (a.) Carlos Ternes, juiz de Paz, no exercício do cargo de juiz de direito". Feita a justificação foi proferida a seguinte sentença: "Vistos, etc. Julgo por sentença a justificação retro, procedida nestes autos de ação de usucapião requerida por Adair José de Andrade, para que produza seus devidos e jurídicos efeitos. Citem-se, por mandado, os confrontantes conhecidos do imóvel; por editais, com o prazo de trinta dias, os interessados ausentes, incertos e desconhecidos, na forma do § 1º, do art. 455, do Código de Processo Civil; pessoalmente, o dr. representante do M. Público, nesta cidade; e, por precatória, a ser expedida para o Juízo de Direito da 1ª Vara da comarca de Florianópolis, o sr. delegado do Serviço do Patrimônio da União. Sem custas. P. R. I. Tijucas. 14 de junho de 1957. (a.) Carlos Ternes, juiz de Paz, no exercício do cargo de juiz de direito". E para que chegue ao conhecimento dos interessados e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será afixado na sede deste Juízo, no lugar do costume, e, por cópia publicado uma vez no "Diário da Justiça", e três vezes no jornal "O Estado" de Florianópolis. Dado e passado nesta cidade, de Tijucas, aos quinze dias do mês de junho do ano de mil novecentos e cinquenta e sete. Eu, (a.) Gercy dos Anjos, escrivão, o dactilografei, conferi e subscrevi. Isento de selos por se tratar de assistência judiciária. (a.) Carlos Ternes, juiz de Paz, no exercício do cargo de juiz de direito. Está conforme o original afixado na sede deste Juízo, no lugar do costume, sobre o qual me reporto e dou fé. Data supra. O escrivão: Gercy dos Anjos. (5750)

# JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE JOINVILLE

## Edital de citação

O doutor Norberto de Miranda Ramos, juiz de direito da 2ª Vara, em exercício, da comarca de Joinville, Estado de Santa Catarina, na forma da lei etc.

Faz saber aos que o presente edital, virem ou dele tiverem conhecimento, que, por este Juízo e cartório de Ofícios, se processam os autos de "Ação de Alimentos", entre partes: Dolores Baumer, como requerente, e requerido Fábio Schatzmann, iniciados com a petição abaixo transcrita: "Exmo. sr. dr. juiz de direito da 2ª Vara nesta cidade: Dolores Baumer, brasileira, desquitada, residente nesta cidade à rua Ministro Calógeras n. 921 tendo se desquitado de seu marido Fábio Schatzmann, em data de 30 de setembro de 1955, ficou com responsabilidade de duas meninas, de nomes Suzete Schatzmann e Solange Schatzmann, com 4 e 3 anos respectivamente, sendo que seu marido por sua vez se comprometeu a prestar alimentos na base de Cr\$ 200,00 mensais. Acontece que este ausentou-se para lugar incerto e não sabido, e não concorreu mais com os alimentos para as filhas, abandonando-as. Nestas condições, requer seja nomeado defensor para as referidas menores, que providencie a citação do pai para cumprir as condições do desquite e caso contrário seja deslitado o mesmo do pátrio poder e reconhecido o abandono das menores que não podem ser sustentadas pela requerente, dada sua situação econômica. Nestes termos: P. deferimento. Joinville, 5 de abril de 1957. (Ass.) Dolores Baumer". E para que chegue ao conhecimento do referido Fábio Schatzmann, que se acha em lugar incerto e não sabido, mandou expedir o presente intimando-o da mesma petição, podendo o citado, querendo, contestá-la. Dado e passado nesta cidade de Joinville, aos 29 de maio de 1957. Eu, Dagoberto R. Barnack, escrivão, o subscrevi. Norberto de Miranda Ramos, juiz de direito da 2ª Vara, em exercício. Está conforme o original, que afixei no lugar de costume. Data supra. O escrivão: Dagoberto R. Barnack. (2340)

# JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE ITAJAÍ

## Edital de citação

O doutor Oswaldo Arêas Horn, juiz de direito da 1ª Vara da comarca de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na forma da lei etc.

Faz saber a todos quantos este edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de Manoel João Vicente, por intermédio de seu assistente judiciário dr. Osmar de Souza Nunes, foi dirigida a este Juízo a petição do seguinte teor: Exmo. sr. dr. juiz de direito da comarca: Manoel João Vicente, brasileiro, casado, lavrador, residente em "Medeiros", distrito da Penha, deste município e comarca, por seu assistente judiciário infra-assinado, vem, com fundamento nos artigos 550 e 552 do Código Civil e de conformidade com o processo estabelecido nos artigos 454 e seguintes do C. P. Civil, promover a presente ação de usucapião, propondo-se provar, mediante prévia justificação, o seguinte: 1º - Que o suplicante possui por si e por seus antecessores, por mais de trinta (30) anos, mansa, contínua e pacificamente, um terreno situado no lugar "Medeiros", distrito da Penha, deste município e comarca; 2º - que o terreno em apreço mede 264 metros de frente, que faz a leste, no Rio Meeiros; fundo, ao oeste, com igual metragem, que faz com o requerente; extremo, ao norte, com Manoel João Vicente, ao sul, com Adolfo Celestino, medindo em ambos os lados 1.100 metros, o que perfaz a área de 290.400 metros quadrados; 3º - nestas condições, requer a v. excia. se digne de mandar designar dia e hora, para a justificação prévia, ciente o dr. Promotor Público da comarca; ouvindo-se as testemunhas abaixo arroladas, as quais comparecerão independentemente de intimação, dispensando-se a citação do Serviço do Patrimônio da União, em face de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Requer, ainda, que, feita a justificação de posse e julgada a mesma por sentença se digne v. excia. de mandar citar os confrontantes certos e o Representante do Ministério Público, bem como, por editais, com prazo de trinta (30) dias, os interessados ausentes e desconhecidos, para acompanharem os termos do processo até final, pena de revelia, e para apresentarem a defesa, se tiverem o que alegar dentro do prazo da lei, sendo a ação, afinal julgada procedente. Protesta-se pelo depoimento pessoal de quem queira contestar a ação, pena de confissão, por inquirição de testemunhas, juntada posterior de documentos, vistorias, perícias e por todos os meios de prova em direito permitidos. Para os efeitos de alçada, dá-se à presente o valor de Cr\$ 2.100,00. Testemunhas: 1ª - João Alvaro Luiz e 2ª - Raulino da Silveira, brasileiros, casados, resi-

dentos em Medeiros. Nestes termos P. deferimento. Itajaí, 6 de julho de 1956. (a.) Osmar de Souza Nunes, assistente judiciário. Nesta petição foi proferido o seguinte despacho: R. hoje. A., designe o sr. escrivão dia e hora para a justificação, feitas as intimações necessárias. Em, 7-7-56. (ass.) Arêas Horn. Proferida a justificação foi a seguir julgada por sentença do teor seguinte: Vistos, etc. Julgo, por sentença a justificação de fls., em que é requerente Manoel João Vicente, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Citem-se, pessoalmente para contestar o pedido, os interessados certos e o dr. representante do Ministério Público, bem como, por edital com o prazo de trinta (30) dias os interessados incertos, editais estes que deverão ser publicados por três (3) vezes no "Diário da Justiça" do Estado. Sem custas. P. R. I. Itajaí, 15 de dezembro de 1956. (ass.) Oswaldo Arêas Horn, juiz de direito da 1ª Vara. Dado e passado nesta cidade de Itajaí, aos 11 dias do mês de junho de 1957. Eu, (ass.) Hélio Mário Guerreiro, escrivão, o fiz dactilografar e subscrevo. (ass.) Oswaldo Arêas Horn, juiz de direito da 1ª Vara. Confere com o original afixado no lugar de costume. Eu, Hélio Mário Guerreiro, escrivão, o fiz dactilografar e subscrevo. Hélio Mário Guerreiro, escrivão. (3-1) (5733)

## Edital de citação

O doutor Oswaldo Arêas Horn, juiz de direito da 1ª Vara da comarca de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na forma da lei etc.

Faz saber a todos quantos este edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de João Manoel de Souza, por intermédio de seu assistente judiciário dr. Ogé Truppel, foi dirigida a este Juízo a petição do teor seguinte: Exmo. sr. dr. juiz de direito desta comarca: Ogé Truppel, advogado devidamente registrado na O.A.B. Seção de Santa Catarina sob n. 342, tendo sido designado por v. excia., assistente judicial de João Manoel de Souza, brasileiro, casado, operário, residente no distrito da Penha, nesta comarca, para propor uma ação de usucapião nesse Juízo, vem, em conformidade com os artigos 550 e 552 do Código Civil, e com fundamento nos artigos 454 e seguintes do Código do Processo Civil, vem promover a presente ação de usucapião, propondo-se provar, mediante prévia justificação, o seguinte: I - Que, o suplicante possui há mais de trinta (30) anos, por si e por seus antecessores, mansa, pacífica e continuamente, um terreno no distrito da Penha, nesta comarca. II - Que, o referido imóvel tem as seguintes características: faz frente com a Estrada da Armação, parte sul, com 44,80 metros; a leste medindo 60,70 metros extremado com terras de Joaquim Tavares; ao norte extremado uma parte de 21,50 metros com terras do mesmo Joaquim Tavares e daí outra parte com 55,50 metros fechando para oeste limitando-se com terras de Maria Batista de Freitas, e, ao sul com 57,30 metros batendo a Estrada da Prainha. III - Que, no terreno em apreço o suplicante tem casa de moradia e demais benfeitorias necessárias e úteis. IV - Nestas condições, requer a v. excia. se digne mandar designar dia e hora para a prévia justificação, ciente o dr. Promotor Público da comarca, ouvindo-se as testemunhas abaixo arroladas, as quais comparecerão independentemente de intimação, dispensando-se a citação do Serviço do Patrimônio da União em face de jurisprudência do S.T.F. V - Requer-se, ainda que feita a justificação de posse e julgada a mesma por sentença, se digne v. excia. mandar citar os confrontantes e o representante do Ministério Público, bem como, por edital, com o prazo de 30 (trinta)

dias, os interessados ausentes e desconhecidos, para acompanharem os termos do processo até final, pena de revelia e para apresentarem a defesa, se tiverem o que alegar, dentro do prazo legal, sendo a ação afinal julgada procedente. Protesta-se pelo depoimento pessoal de quem queira contestar a presente ação, pena de confissão, por inquirição de testemunhas, juntada posterior de documentos, vistorias, perícias e por todos os meios de prova permitidos em direito. Requer-se finalmente, a ovida das testemunhas: Telêmaco Filemon de Oliveira, brasileiro, casado, telegrafista e Francisco Joaquim Fernandes, brasileiro, viúvo, sapateiro, ambas residentes na Penha, que comparecerão independentemente de intimação. Para efeitos da alçada dá-se o valor de Cr\$ 2.100,00 (dois mil e cem cruzeiros). Nestes termos: E.O.M. Itajaí, 3 de abril de 1956. (Ass.) Ogé Truppel, assistente judiciário. Nesta petição foi proferido o seguinte despacho: A., designe o sr. escrivão dia e hora para a justificação, feitas as intimações necessárias. Em, 3-4-56. (Ass.) Arêas Horn. Proferida a justificação foi a seguir julgada por sentença do teor seguinte: Vistos, etc. Julgo, por sentença a justificação de fls., em que é requerente João Manoel de Souza, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Citem-se, pessoalmente para contestar o pedido os interessados certos e o dr. representante do Ministério Público, bem como, por edital com o prazo de trinta (30) dias, os interessados incertos, editais estes que deverão ser publicados por três (3) vezes no "Diário Oficial" do Estado. Sem custas. P. R. I. Itajaí, 28 de junho de 1956. (a.) Oswaldo Arêas Horn, juiz de direito. Dado e passado nesta cidade de Itajaí, aos 4 dias do mês de junho de 1957. Eu, (a.) Hélio Mário Guerreiro, escrivão, o fiz dactilografar e subscrevo. (a.) Oswaldo Arêas Horn, juiz de direito. Confere com o original afixado no lugar de costume. Eu, Hélio Mário Guerreiro, escrivão, o fiz dactilografar e subscrevo. Hélio Mário Guerreiro, escrivão. (3-3) (5484)

# TABELAÇÃO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO 1º OFÍCIO DA COMARCA DE MAFRA

## Edital

Annibal Schultz, Oficial do Registro de Imóveis do 1º Ofício da comarca de Mafra, Estado de Santa Catarina, na forma da lei etc.

Faz saber aos que o presente virem, com o prazo de 30 (trinta) dias, ou dele conhecimento tiverem, que em seu cartório, sito à rua Felipe Schmidt, n. 245, nesta cidade, encontram-se depositados, na forma do art. 2º do decreto-lei n. 58, de 10-12-37, regulamentado pelo decreto n. 3.079, de 15-9-38, os autos contendo os documentos exigidos pelo art. 1º, do citado decreto-lei, referente ao imóvel loteado denominado Vila Tte. Ary Rauen, situado no lugar Pedra Amarela, nesta cidade de Mafra, de propriedade do sr. José Rauen e sua mulher d. Hildgart Rauen, os quais acham-se franqueados ao exame dos interessados, na forma das disposições legais mencionadas.

Para conhecimento de todos lavra o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado 3 (três) vezes, durante 10 (dez) dias, no "Diário Oficial do Estado" e no jornal "Noticiário da Fronteira", que se edita nesta cidade.

Mafra, 8 de julho de 1957.

Annibal Schultz, oficial.

(3-3) (2539)



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO XI

Florianópolis, 17 de julho de 1957

NÚMERO 290

## TERCEIRA LEGISLATURA

### 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

#### MESA

PRESIDENTE  
PAULO KÖNDER BORNHAUSEN

1º VICE-PRESIDENTE  
CLODORICO MOREIRA

2º VICE-PRESIDENTE  
LIVADARIO NOBREGA

1º SECRETARIO  
VOLNEY COLAÇO DE OLIVEIRA

2º SECRETARIO  
ESTANISLAU ROMANOWSKI

SUPLENTE  
MÁRIO OLINGER

JOÃO CARUSO MAC DONALD

#### LÍDER DO GOVERNO

LAERTE RAMOS VIEIRA

#### LÍDERES PARTIDARIOS

##### U. D. N.

Líder: Geraldo Mariano Günther.  
Vice-líder: Romeu Sebastião Neves.

##### P. S. D.

Líder: Lenoir Vargas Ferreira.  
Vice-líder: Antônio Gomes de Almeida.

##### P. T. B.

Líder: Olíce Pedra de Caldas.  
Vice-líder: Braz Joaquim Alves.

##### P. R. P.

Líder: Livadário Nobrega.

##### P. S. P.

Líder: Enory Teixeira Pinto.

##### P. D. C.

Líder: José Henrique Ramos da Luz.

89ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2ª  
SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LE-  
GISLATURA, REALIZADA EM 21  
DE SETEMBRO DE 1956, ÀS 8  
HORAS

(Continuação do número anterior)

O SR. PRESIDENTE — Antes de conceder a palavra ao segundo orador, vou submeter à apreciação do plenário, o requerimento formulado pelo sr. deputado Valério Gomes, que está vazado nos seguintes termos: "Sr. presidente — Na forma regimental, requeiro a v. exa. depois de ouvido o plenário, seja consignado na ata dos nossos trabalhos um voto de pesar pelo falecimento de Atanásio Joaquim dos Santos, em Fernandes, distrito de São João Batista, município de Tijucas, dando-se conhecimento, desta homenagem à família do extinto. S. S., em 21-9-56".

O SR. VALÉRIO GOMES — Sr. presidente e srs. deputados. Pedi a palavra para encaminhar a votação do requerimento no qual peço a manifestação de pesar desta Assembleia Legislativa, pelo falecimento do sr. Atanásio Joaquim dos Santos. Era um desses homens de tempera firme, honrado, trabalhador, calmo e sincero. Um desses homens que vai deixar grande lacuna no distrito de São João Batista, porque Atanásio Joaquim dos Santos, em todas lutas políticas, era na exal-

tação de ânimos, quem intervinha procurando solucionar e acalmar a todos, de qualquer partido político. Era chefe de família exemplar, deixando numerosos filhos, todos trabalhadores que dignificam e horam o município de Tijucas. Nestas circunstâncias, srs. deputados, achei justo que a Assembleia Legislativa tomasse a deliberação de transmitir o seu pesar à família do extinto.

Era o que tinha a dizer.  
O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o requerimento do sr. deputado Valério Gomes. Não havendo quem queira discutir, submeto a votos.

Os srs. deputados que estiverem de acordo com o requerimento, queiram permanecer sentados.

(Pausa)

Está aprovado.  
Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, sr. deputado Olíce Caldas.

O SR. OLÍCE CALDAS — Sr. presidente e srs. deputados.

O governo passado contemplou a cidade de Tubarão com o novo edifício do fórum. As vésperas das últimas eleições governamentais em outubro de 1955, aceleraram-se os trabalhos de construção do referido edifício naqueles dias os operários trabalhavam mais de oito horas diárias, procurando assim o governo passado, congregar aquela coletividade que Tubarão, teria um novo edifício do Fórum.

Entretanto, passadas as eleições, onde mais um vez o povo exerceu seu direito de voto escolhendo o candidato, de sua preferência, votando a maioria contra o Governo, eis que pararam as obras do Fórum de Tubarão. Pararam injustificadamente, se é que o governo quer nos convencer do seu espírito democrático, porquanto no orçamento de 1956, existe verba de um milhão de cruzeiros para a continuação da obra. Entretanto, sr. presidente e srs. deputados, até a presente data 11 trabalhadores que se sacrificaram para satisfazer aos caprichos governamentais nem sequer receberam seus salários. Não quero, com isso, dizer que a Diretoria de Obras Públicas ou Secretaria de Obras Públicas seja a responsável direta mas sim o empreiteiro da obra. Mas, como a lei n. 5.452, de 1-5-43 estabelece que o empregador principal é o responsável pelo salário dos trabalhadores, apelo ao sr. Secretário da Viação e Obras Públicas para que determine o pagamento daqueles trabalhadores. Por outro lado, se o orçamento atual consigna a verba de um milhão de cruzeiros, na rubrica 76-2-069 Z41 à pag. 146 do livro do orçamento em vigor para a continuação da obra, não vejo razão para que a mesma esteja parada, estragando, assim, as paredes na altura das aberturas já estão prontas. Tubarão necessita daquela obra. Surpreendeu-me, agora, ao chegar-me às mãos, um jornal do município que tenho a honra de representar nos trazendo uma notícia contristadora, aquele jornal sempre o serviço da coletividade do meu município diz: "O Governo não pagou e os credores estão retirando o material".

Fato novo na vida administrativa do Estado de Santa Catarina, está acontecendo em nossa cidade. O sr. Irineu Bornhausen, quando no Governo do Estado mandou construir em Tubarão, o edifício do Fórum. Os trabalhos de construção foram iniciados tendo sido levantadas as pare-

des do edifício até as aberturas. Como o dinheiro houvesse escasseado, o prédio não pôde ser terminado. Ficou na altura das aberturas somente. O sr. Irineu Bornhausen deixou o Governo e o novo ocupante do Palácio Róscio, ainda não autorizou a continuação da obra. Tudo isso não teria nenhuma importância, se um fato curioso não viesse nos chamar a atenção. É que o Governo não pagou os tijolos que comprou para o referido edifício e os vendedores, estão, de caminhar, retirando os mesmos e vendendo a outro comprador com dinhe-

ro Em Tubarão, nunca se registrou um fato desta natureza. Nunca se viu ninguém tomar uma mercadoria vendida ao governo por falta de pagamento. Com os particulares, às vezes, acontece coisa igual, mas o governo nunca. Fato como este não só desmoraliza o Governo, como depõe contra a administração pública.

Estamos fazendo este registro, para que o dr. Jorge Lacerda, se inteire melhor dos negócios que dirige.

Tenho conhecimento de que há um desmentido o que aliás não satisfaz, porque o povo de Tubarão conhece o fato. Portanto não se satisfaz a opinião pública de Tubarão, que está estarecida com o fato. O vendedor de tijolos necessita negociar, ele necessita receber o dinheiro do material entregue, e não pago, por isso retirou.

O sr. Caruso Mac Donald — V. excia. me permite um aparte?

O SR. OLÍCE CALDAS — Pois não.

O sr. Caruso Mac Donald — Desejo que v. excia. me preste uma informação, porque não estou bem ao par do assunto. Quero saber se a obra foi por empreitada ou se foi por administração?

O SR. OLÍCE CALDAS — A obra, segundo estou informado, foi empreitada. Mas isso não quer dizer que não se pague material e operários.

(Pausa)

V. excia. deve convir comigo, que os trabalhadores e fornecedores de material não podem ser prejudicados por motivos políticos.

Assim, sr. presidente e srs. deputados, toda a má ou boa administração reflete no Governo do Estado. Dai a razão de atestar porque tenha o Governo mais cautela ao escolher os seus dirigentes e contratados, para se evitar que mais tarde venhamos, como agora fiz o modesto orador que ocupa a tribuna, debater o caso desta natureza e mesmo fazer críticas ao Governador do Estado, que por certo desconhece esta situação.

Sr. presidente, srs. deputados. Vamos admitir que o vendedor não retirou os tijolos da obra... Não se justificaria ainda a paralização da obra, pois o governo alardeia que dispõe de verba em abundância.

O sr. Heitor Guimarães — V. excia. me permite um aparte?

O SR. OLÍCE CALDAS — Pois não.

O sr. Heitor Guimarães — Desejo dizer a v. excia., que em Joinville, nós também temos um Grupo Escolar em construção. A obra está totalmente paralizada há mais de um ano e no orçamento há uma verba de Cr\$ 200.000.00 para continuação daquele serviço e até agora, até o mês de setembro, não se moveu sequer uma palha para terminar a construção daquele Grupo Escolar.

O SR. OLÍCE CALDAS — Vejam, sr. presidente e srs. deputados não somos só nós as vítimas das represas e que são fracas as razões dos que defendem a governo sobre

assuntos desta natureza. Agradeço pelo aparte.

Coma dizia trata-se de um edifício público e que não pode de maneira nenhuma ficar paralizado. Aquilo é um bem público, sr. presidente, portanto este procedimento do Governo do Estado não se justifica; pediria nesta oportunidade, que o meu município visse concluída aquela obra que não só vem mais embelezar a cidade de Tubarão como ao próprio Estado de Santa Catarina. E também enaltecer o Governo do Estado.

Tubarão além de seus requisitos naturais é cognominado a Rainha do Sul, devido o embelezamento de sua própria cidade, suas vistas panorâmicas, enfim o todo que a compõe.

Eu pediria ao Governo do Estado e mais uma vez que olhasse mais um pouco por Tubarão com a devida atenção e carinho. Devo acrescentar, que Tubarão sabe cumprir com o seu dever mais é necessário que se trate bem aquele nobre povo só assim futuramente, viremos a tribuna elogiar os atos do Governo estadual que assim proceda.

O sr. Laerte Vieira — V. excia. me permite um aparte?

O SR. OLÍCE CALDAS — Pois não.

O sr. Laerte Vieira — V. excia. se faz um pedido e quer receber aquilo que pede, não deve julgar que com os ataques em vista vamos atender as sugestões de v. excia. Não trocaremos vinagre por mel.

O SR. OLÍCE CALDAS — O ilustre líder da União Democrática Nacional quando fala na vitória da "Frente Democrática" usa termos como "conforto próprio", etc., vem com certa ênfase e palavras eloquentes para demonstrar a vitória do seu Partido. Também tenho direito, de vir proclamar desta tribuna que Tubarão também sabe votar. E a nossa vitória não foi apenas de 2.600 votos, foi de muito mais do que isso.

No entretanto, apesar dos reiterados pedidos que tenho formulado o povo de Tubarão, infelizmente, está sendo castigado e coagido pelo próprio Governo do Estado, que pretende tolher-se a liberdade. O povo tubarurense que vive nas margens direita a esquerda do Rio Tubarão, no perímetro da cidade está usando água insalubre, água não tratada. Esse fato está causando sérios embaraços na própria saúde do povo. É necessário que se olhe com carinho, com amor para o povo daquela zona, que tenho a honra de representar nesta Casa é necessário que o seu representante seja atendido no que pede, de justo, é necessário que o Governador coloque acima dos seus interesses políticos os interesses do Estado e do povo que governa.

O sr. Heitor Guimarães — V. excia. me permite um aparte?

O SR. OLÍCE CALDAS — V. excia. tem o aparte.

O sr. Heitor Guimarães — O povo de Tubarão é mais feliz do que o de Joinville. Lá na minha cidade estamos passando por uma crise assustadora, com a falta de energia elétrica.

O SR. OLÍCE CALDAS — O centro e o norte do nosso Estado serão bem afortunados com a termo elétrica mais uma razão para merecermos melhores atenções, e não sermos jogados ao abandono, pois Tubarão já fornece energia a grande parte do Estado. É necessário que o Governo Estadual tome providências urgentes, no que diz respeito também a



solução do problema da água na minha cidade. Outro assunto que me trás a tribuna é a construção de uma ponte em Urussanga. A ponte está em petição de miséria. O sr. Caruso Mac Donald poderá testemunhar a veracidade de minhas palavras.

O sr. Caruso Mac Donald — Devo desmentir as suas palavras e não ratificá-las. A ponte não é estadual ela é municipal.

O sr. Caruso Mac Donald — V. excia. me permite um aparte? V.

O SR. OLICE CALDAS — Eu peço ordem nos trabalhos, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE — Chamo a atenção dos srs. deputados que os apartes só serão proferidos quando permitidos pelo orador.

O SR. OLICE CALDAS — Eu não estive, sr. presidente, em cima da ponte de Urussanga, mesmo por que ela não está em condições de se transpor. E o representante de Urussanga, mais uma vez, vem solicitar afirmação nesta Assembléia que só os elementos da Frente Democrática tem o direito de pleitear os benefícios do Governo do Estado. Se o Governo não podia construir aquela ponte na Cidade de Urussanga, por não pertencer ao Estado não deveria prometer às vésperas das eleições, porque então ele sabia que a ponte era municipal confirmam assim o espírito demagógico do Governador, em que sem responsabilidade das palavras do dep. Mac Donald.

(Trocam-se apartes).

O SR. PRESIDENTE — (Faz soar os timpanos) Peço ordem nos trabalhos.

O SR. OLICE CALDAS — Não é, sr. presidente e srs. deputados, a primeira vez que o sr. deputado João Caruso vem procurar impedir que se reivindique, para Urussanga o que tem direito.

Seja como for, a ponte em Urussanga está para ser construída. Se ela é municipal, se o Governo não podia construí-la, não devia prometer às vésperas das eleições que a mandaria construir essa foi a promessa feita em praça pública.

Eu quero, em nome do povo de Urussanga, solicitar ao Governador do Estado que providencie o auxílio que deve para que se construa a ponte do centro da cidade de Urussanga. Espero que o meu ilustre colega, sr. Caruso, ao invés de procurar confundir o orador, ponha as coisas no seu verdadeiro lugar. Porque Urussanga é um pedaço de Santa Catarina. É justo que não olhe tanto para os interesses do Governo, mas sim para os interesses do povo que o elegeu, porque não foi o Governador do Estado que lhe deu a cadeira de deputado estadual, nesta Assembléia, e sim o povo do seu município. Venha s. excia. para esta tribuna defender os verdadeiros interesses do povo de Urussanga e terá o nosso apoio. Não troque os interesses do povo de Urussanga pelos interesses do Governo do Estado.

(Era o que tinha a dizer).

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o sr. deputado Osni Régis.

O SR. OSNI RÉGIS — Sr. presidente e srs. deputados. Esta Casa recebeu, há poucos dias, uma comunicação do sr. Prefeito Municipal de Curitiba, em que o registrava que violento ciclone assolou a localidade de Rio dos Cachorros, naquele município, destruindo trinta casas, pertencentes em sua maioria, a operários e pedia que esta Casa se interessasse pela concessão de auxílio àquela população, que se viu prejudicada pelo ciclone. Faço, portanto, aqui, meu apelo ao Governador do Estado, para que conceda esse auxílio pedido pelo Prefeito de Curitiba. Faço apelo ao Poder Executivo para que envie a esta Casa, projeto de lei concedendo o auxílio pedido por aquela população laboriosa do município de Curitiba.

O sr. Laerte Vieira — V. excia. me permite um aparte?

O SR. OSNI RÉGIS — V. excia. tem o aparte.

O sr. Laerte Vieira — Desejo, com referência ao assunto ventilado por v. excia., manifestar o nosso apoio e dizer; informar a v. excia. que o Governador do Estado recebeu idêntica solicitação do Prefeito de Curitiba. O sr. Governador já tomou as providências necessárias, no sentido de apurar o montante dos prejuízos, mandando, para isso, um funcionário do Estado para verificar o local e fazer um levantamento dos danos, para conceder o auxílio. Daí, para o auxílio se processar, saberemos, aqui, estar reunidos na defesa do município de Curitiba.

O SR. OSNI RÉGIS — Agradeço o aparte de v. excia. e quero me congratular com o ato do Governador do Estado. Outro assunto que desejava ventilar desta tribuna, é, sr. presidente e srs. deputados o de fazer um apelo, como um dos moradores no Estreito. Nós, do Estreito, quando ocorre esse racionamento de luz, somos prejudicados mais do que os habitantes na cidade. O racionamento é feito, especialmente, no Estreito. Temos notado que na Capital o racionamento não é feito da maneira que é feito no Estreito. Faço, portanto, este apelo ao Governador do Estado para que o racionamento no Estreito seja feito de maneira mais justa, racionamento idêntico ao feito para os habitantes do Estreito, para os de Florianópolis; que seja igual para todas as zonas do município. Aproveito a oportunidade ainda para discutir um assunto, que não pertence apenas ao nosso Estado. Refiro-me, srs. deputados, à questão do petróleo. É assunto nacional, e como outros, necessário ser debatido. Nós aqui neste Estado recebemos propaganda, muito bem feita, de companhias de gasolina de petróleo. E nos jornais há sempre propagandas, principalmente nos jornais do Rio de Janeiro.

Há necessidade, portanto, sr. presidente, apesar do monopólio estatal do petróleo, de se tocar no assunto, para mostrar que o monopólio estatal está resolvendo o problema e os trusts não beneficiam o país. Durante anos e anos houve liberdade de industrializar o petróleo e as companhias estrangeiras nunca se interessaram em refiná-lo. Quando, porém, o Governo resolveu, em boa hora, entregar o problema do petróleo a companhias nacionais, alvitrou-se que as companhias estrangeiras resolveriam o problema. Na própria Venezuela, onde o petróleo é explorado por companhias estrangeiras, o refinamento não é feito lá e sim nos Estados Unidos da América do Norte e Inglaterra. Vemos que mais de 80% de gasolina já é refinado no Brasil. Estamos vendo que em quase todas as cidades do Brasil se alastra o uso do gás liquefeito para os fogos e 80% desse gás é nacional. Temos o asfalto, produzido apenas em uma fábrica, a de Cuba-tão. Uma fábrica de adubos que irá servir para todo o consumo nacional. Tudo isto em virtude da exploração estatal do petróleo. É tão grande o lucro que dá o refinamento de petróleo que um "trust" do petróleo ofereceu ao Brasil construir um Oleoduto do altiplano da Bolívia a São Paulo, montando duas usinas de refinamento em São Paulo usando-se apenas os 10 primeiros anos, entregando-as, depois ao Brasil. Daí a razão de se mostrar que o problema, como foi resolvido, está muito certo. Fala-se que o Governo não está se preocupando com a produção do petróleo. Não é verdade, sr. presidente e srs. deputados.

Portanto, sr. presidente e srs. deputados, necessário se faz que alertemos o povo brasileiro que os "trusts" não resolverão o problema. Sabemos sr. presidente, que toda a necessidade para o consumo de alimentação na Venezuela, vem de outros países. Portanto sr. presidente, o problema como está sendo resolvido no Brasil, para pôr em dia, quer

seja da Petrobrás, quer seja por outras refinarias nacionais, o fato é que está resolvendo o caso do petróleo no Brasil.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Lecian Slowinski.

O SR. LECIAN SLOWINSKI — Sr. presidente, srs. deputados. Vou por algum momento, sr. presidente, ocupar-me do assunto que diz diretamente a esta Capital, qual seja ao mal funcionamento do serviço de Força e Luz, a cargo da "Empresa de Força e Luz Fpolis S.A.".

Temos nestes últimos dias, sr. presidente, verificado que diariamente, três, quatro ou mais vezes a nossa cidade fica completamente sem luz e sem força.

Depois que o governo fez a distensão da linha até Jaraguá, é que tem se verificado esta anomalia.

"O jornal 'A Gazeta', de ontem, sr. presidente e srs. deputados, traz na sua 1ª página, um telegrama do sr. Governador do Estado, em que o Chefe do Poder Executivo, deseja saber as razões do racionamento de energia elétrica na Capital, telegrama este dirigido ao sr. vice-presidente da Companhia Siderúrgica Nacional. O telegrama que é do dia 19, ao vice-presidente do Companhia Siderúrgica Nacional, com sede no Rio de Janeiro, o governador Jorge Lacerda transmitiu, em data de ontem, o seguinte telegrama: FLORIANÓPOLIS, 19 — Conhe-

dendo alto nível técnico, mantido por grande companhia na administração da Usina de Capivari, tomo a liberdade de solicitar a v. excia. se digne prestar ao Governo do Estado esclarecimentos sobre os racionamentos constantes de energia elétrica verificados ultimamente em Florianópolis, a fim de este governo poder orientar a opinião pública. Saudações cordiais.

a) JORGE LACERDA, governador. É um telegrama que teria sido passado pelo sr. governador no dia 19 deste.

O "DIÁRIO OFICIAL" do Estado, do dia 20, traz uma nota no seu Noticiário, que está nos seguintes termos:

**"Causa das interrupções de energia elétrica em Florianópolis"**

As interrupções de energia elétrica havidas em Florianópolis, têm sido provocadas por acidentes no equipamento de vapor da usina de Capivari — da Cia. Siderúrgica Nacional. Dia 18, o temporal que desabou sobre Florianópolis, pôs fora de serviço um transformador, e provocou, por diversas vezes, pequenas interrupções. O Governo, para prevenir acidentes na sub-estação do Estreito, encomendou na Europa o aparelhamento de proteção adequada, mediante concorrência levada a efeito pela Comissão de Energia Elétrica, de que foi vencedora a firma "Sociedade Sul América de Eletricidade" (SADE). A demora na aquisição do câmbio preferencial retardou a aquisição do material. De posse da autorização do Banco do Brasil, o Governo assinou, com a firma SADE, o respectivo contrato, e recolherá ao Banco, ainda nesta semana os ágios devidos. Ao lado daquela providência, procura o Governo instalar em Florianópolis, para resolver o problema das interrupções da linha de Capivari, uma usina "diesel" elétrica de emergência. Esta semana, aliás, será enviada a Assembléia Legislativa a mensagem que tornará possível essa aquisição. Ao lado disso, continuarão todos os trabalhos para a instalação da grande usina termo-elétrica e linha de transmissão, além das hidroelétricas previstas.

Os trabalhos de energia elétrica iniciados no governo Irineu Bornhausen prosseguiram. A usina de Garcia tem sua barragem em construção, e a parte elétrica tem seu projeto em vias de conclusão, elaborado pela Ser-vix Engenharia Limitada. Essa mesma

empresa executará o projeto da outra usina no mesmo rio, que no Plano de Obras e Equipamentos chamamos de Garcia II. Os estudos para a termo-elétrica de 100.000 Kw progredem. Acha-se em Florianópolis um engenheiro da empresa Edsonbras, especialista neste tipo de usina, que está incumbida, pelo Governo Federal, de fazer os estudos preliminares da grande central termoeletrica de Santa Catarina.

Mas, sr. presidente, diante do telegrama que o sr. Governador passou ao vice-presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, e diante desta nota oficial, fico na dúvida, ou melhor parece existir aí uma flagrante contradição entre o telegrama passado ao vice-presidente da Cia. Siderúrgica Nacional e esta nota que foi distribuída pelo Governo. O que se pretende, sr. presidente, é jogar a responsabilidade dessa anomalia dos serviços de Força e Luz aqui em Florianópolis à Cia. Siderúrgica, à Usina do Capivari.

Entretanto, sr. presidente, como esclarece a própria nota publicada no "Diário Oficial", as interrupções de energia elétrica havidas em Florianópolis tem sido provocadas por acidentes no equipamento da sub-Estação do Estreito.

Por que jogar a responsabilidade à Cia. Siderúrgica, quando é sabido que a interrupção foi devido a um desarranjo na sub-estação do Estreito?

O sr. Laerte Vieira — V. excia. permite um aparte?

O SR. LECIAN SLOWINSKI — Tem v. excia. o aparte.

O sr. Laerte Vieira — Acedito, sr. deputado, que nós outros, como também v. excia., desejamos que as causas dessas interrupções sejam sanadas o quanto antes. Infelizmente não existe proteção adequada na sub-estação do Estreito e ocorreu que um raio inutilizou um transformador.

Houve interrupção de energia na Usina de Capivari em consequência de um furo nos tubos das caldeiras. Consertados os furos verificaram que era preciso fazer uma limpeza. Como é do conhecimento dos srs. deputados, essa limpeza é feita de cinco em cinco meses. Verificaram que essa limpeza tem que ser realizada não de cinco em cinco meses, mas, sim de três em três meses.

O SR. LECIAN SLOWINSKI — Sei que há necessidade de se proceder a limpeza na usina. Mas para procedimento da limpeza há da parte da Direção da Cia. um aviso prévio nesse sentido.

O dia e a hora em que se procede essa limpeza são previstos. Realmente houve um pequeno acidente nos geradores da referida usina. Mas este pequeno acidente já está sanado. De maneira que a deficiência do Serviço de Luz e Força não provém exclusivamente da usina de Capivari.

Porque no Sul do Estado são servidos pela Usina do Capivari as cidades de Urussanga, Araranguá, Tubarão e lá não se verificam essas interrupções constantes.

O sr. Osni Régis — Não pode ser, em virtude da usina, essa brincadeira de acende e apaga.

O SR. LECIAN SLOWINSKI — Aqui na cidade é que os trabalhos de luz e força funcionam mal.

O sr. Laerte Vieira — Segundo estou informado, o caso de interrupção de luz deve-se ao fato, não só da queima do transformador instalado na sub-estação do Estreito, como também de um acidente ocorrido na própria fonte geradora, mas que já foi regularizado. Não houve qualquer racionamento no consumo de luz; apenas se verificou racionamento na iluminação pública, mas nas residências e nas fábricas isto não aconteceu.

(Continua no próximo número)